

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP  
Faculdade de Filosofia e Ciências**

**LUIS FERNANDO DE CASTRO VASCON**

**DISPUTAS NARRATIVAS DIGITAIS:  
UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS REDES SOCIAIS EM RELAÇÃO À  
VIOLÊNCIA POLICIAL**

**MARÍLIA-SP**

**2021**

LUIS FERNANDO DE CASTRO VASCON

**DISPUTAS NARRATIVAS DIGITAIS:  
UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS REDES SOCIAIS EM RELAÇÃO À  
VIOLÊNCIA POLICIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Pensamento Social, Educação e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Luís Antônio Francisco de Souza

MARÍLIA

2021

V331d

Vascon, Luis Fernando de Castro

Disputas narrativas digitais : Uma análise dos impactos das redes sociais em relação à violência policial / Luis Fernando de Castro Vascon. -- Marília, 2021

87 p. : tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Luís Antônio Francisco de Souza

1. Redes sociais virtuais. 2. Polícia. 3. Análise do discurso. 4. Construção social da realidade. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LUIS FERNANDO DE CASTRO VASCON

**DISPUTAS NARRATIVAS DIGITAIS:**  
UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS REDES SOCIAIS EM RELAÇÃO  
À VIOLÊNCIA POLICIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Pensamento Social, Educação e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA:

---

Dr. Luís Antônio Francisco de Souza (Orientador)  
Universidade Estadual Paulista – UNESP

---

Dra. Maria Valéria Barbosa  
Universidade Estadual Paulista – UNESP

---

Dr. Caio Saraiva Coneglian  
Centro Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM

Marília, 15 de dezembro de 2021

## AGRADECIMENTOS

Não penso que o agradecimento deva ser algo esquecido em meio a esta dissertação, afinal, este é o espaço para dedicarmos o carinho e respeito às pessoas que contribuíram para nossa formação como um todo. E quando digo formação, digo em todos os sentidos de minhas experiências. Sendo assim, as primeiras pessoas que contribuíram para formar o que sou hoje, como pessoa, são meus pais: Domingos Vascon, e Teresinha Vascon, aos quais tenho eterna admiração por sempre me apoiarem e por terem me ensinado o significado de amor e respeito. Ainda neste âmbito familiar, não me esqueço dos meus irmãos Paulo e Marcos.

Gostaria de agradecer também de maneira muito especial a pessoa que acompanhou todo o meu processo de amadurecimento da pesquisa, a minha companheira para toda a vida, Leticia. Muito obrigado por estar ao meu lado em todos os momentos, me apoiando, me confortando, me fazendo crescer a cada dia.

Não esqueço dos meus companheiros Caio, Felipe e Natalia, que possuem responsabilidade direta em minha inserção ao mundo acadêmico, a estes amigos destaco minha imensa gratidão.

Em relação às pessoas que permeiam a minha trajetória acadêmica, gostaria de agradecer a inúmeras pessoas, entretanto destaco a importância de João, Sergio, Alex, Vitor, Letícia, Guilherme, Fabio, Lucas e Jean. Também gostaria de agradecer dois professores fundamentais em minha formação: A minha querida professora Valéria, que sempre me motivou a seguir com meus objetivos, e meu orientador Luis Antônio, que sempre confiou em meu trabalho, e por quem eu cultivo uma grande admiração, pela experiência e domínio da sociologia e pelo olhar humano em relação a orientação.

*O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.*

*Michel Foucault*

## RESUMO

Nossa sociedade é marcada pelas grandes transformações tecnológicas e sociais, em decorrência sobretudo do avanço digital que oportunizou um salto de conexão entre pessoas, objetos e territórios. Contudo, por se tratar de um fenômeno recente do ponto de vista histórico, são escassos os trabalhos que abordam as relações virtuais em temas oriundos das ciências sociais, como a segurança pública. Neste sentido, a presente dissertação situa-se a compreender os mecanismos discursivos sobre a segurança pública, comparando as narrativas construídas nas páginas oficiais e não oficiais, além de compreender os elementos presentes nos círculos identitários em torno das páginas estudadas e a relação das verdades construídas dentro da rede em paralelo aos fatos na realidade cotidiana. Para isso, a pesquisa realizou um mapeamento em narrativas de cunho policial, a partir do método de análise discursiva. Ao final do estudo, identificou-se a apropriação conservadora dos fatos a partir da chacina do Jacarezinho, no Rio de Janeiro no ano de 2021. A pesquisa também demonstrou que a construção social da realidade pode variar de acordo com a apropriação dos discursos produzidos nas redes sociais, mesmo não representado os fatos a partir da realidade cotidiana.

Palavras-chave: Redes sociais virtuais; polícia; análise do discurso; construção social da realidade.

## ABSTRACT

Our society is marked by major technological and social transformations, mainly as a result of the digital advance that has provided a leap of connection between people, objects and territories. However, because it is a recent phenomenon from the historical point of view, there are few works that address virtual relationships in topics from the social sciences, such as public security. In this sense, the present dissertation is situated to understand the discursive mechanisms about public security, comparing the narratives built in the official and unofficial pages, in addition to understanding the elements present in the identity circles around the studied pages and the relationship of the constructed truths. within the network in parallel with the facts in everyday reality. For this, the research carried out a mapping in police narratives, from the method of discursive analysis. At the end of the study, the conservative appropriation of the facts was identified from the Jacarezinho massacre, in Rio de Janeiro in the year 2021. The research also showed that the social construction of reality can vary according to the appropriation of the speeches produced in the social networks, even not representing the facts from everyday reality.

Keywords: Virtual social networks; police; discourse analysis; social construction of reality.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Páginas encontradas por termo de busca em 2017. ....	20
Tabela 2 – Páginas Policiais com mais de 500 mil fãs. ....	22
Tabela 3 – Percentual de pessoas que utilizaram a Internet em 2019, no período de referência dos últimos três meses. ....	28
Tabela 4 – Percentual de pessoas que utilizaram a Internet em 2019 por faixa etária. ....	29
Tabela 5 – Resumo dos agrupamentos dos emoticons de Pinheiro (2018). ....	45
Tabela 6 – Propriedades de um algoritmo para Knuth. ....	47
Tabela 7 – Policiais Civis e Militares Vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais, por número de vítimas - 1º semestre Brasil e Unidades da Federação – 2019-2020 (FBSP, 2020). ....	54
Tabela 8 – Mortes decorrentes de intervenção policial, por número de vítimas – 1º semestre Brasil e Unidades da Federação – 2019-2020 (FBSP, 2020). ....	56
Tabela 9 – 15 parlamentares com mais publicações sobre segurança pública no Facebook. Período: de 12h de 05 de maio às 12h de 12 de maio de 2021. ....	67
Tabela 10 – 15 parlamentares com mais publicações sobre segurança pública no Facebook Período: de 12h de 05 de maio às 12h de 12 de maio de 2021. ....	68

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Botão de reações do Facebook.....	44
Figura 2 – Sequência de passos computacionais.....	48
Figura 3 – Mapa de interações do debate sobre segurança pública no Twitter. Período de 12h de 05 de maio às 12h de 12 de maio de 2021.....	64

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PMs e PCs mortos em serviço e fora, mortos por Covid-19 e suicídio de policiais da ativa.....	55
Gráfico 2 – Evolução do debate sobre segurança pública no Twitter. Período: de 12h de 05 de maio às 12h de 12 de maio de 2021.....	66

## LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Properties of an algorithm for Knuth (KNUTH, 1997). .....	84
Anexo 2 – Nota do MPRJ em relação a operação no Jacarezinho – RJ (MPRJ, 2021c).....	85
Anexo 3 – Operações policiais com maior número de mortes na RMRJ (1989-2021).....	87

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
API	Application Programming Interface
ARPA	Advanced Research Projects Agency
ARPANET	Advanced Research Projects Agency Network
ARS	Análise de Redes Sociais
ASPRA	Associação de Policiais e Bombeiros e de seus Familiares do Estado da Bahia
BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CETIC.br	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CIPM	Companhia Independente de Polícia Militar
CMDA	Computer Mediated Discourse Analysis
CGI.br	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CNJ	Comissão Nacional de Justiça
CORE	Coordenadoria de Recursos Especiais
CPC	Comando de Policiamento da Capital
CPDOCFGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas
DARPA	Defense Advanced Research Projects Agency
DPCA	Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
CERN	Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FLD	Front Line Defenders
Geni-UFF	Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense
GETAM	Grupamento Especial Tático de Motos
HGE	Hospital Geral do Estado (Bahia)
HRW	Humans Rights Watch
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPM	Inquérito Policial Militar

ITU	International Telecommunication Union
M4BL	The Movement for Black Lives
MDPMD	Monitor do Debate Político no Meio Digital
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
NEV-USP	Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo
NIC.br	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
ONU	Organizações das Nações Unidas
PC	Polícia Civil
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMBA	Polícia Militar da Bahia
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PSL	Partido Social Liberal
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
ROCAM	Ronda Ostensiva Com Apoio de Motocicletas
RONDESP	Rondas especiais da Bahia
ROTA	Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar
SAMU	Serviço de Atendimento Médico de Urgência
SSP	Secretaria de Segurança Pública
STF	Supremo Tribunal Federal
TAR	Teoria Ator-Rede
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo
WEB	World Wide Web

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA .....</b>	<b>16</b>
1.1.	Introdução.....	16
1.2	Objetivos .....	18
1.2.1	Objetivo Geral .....	18
1.2.2	Objetivos Específicos .....	19
1.3	Material e Métodos.....	19
<b>2</b>	<b>DO NASCIMENTO DA INTERNET A CONSOLIDAÇÃO DAS REDES.....</b>	<b>26</b>
2.1	O surgimento da internet e seus desdobramentos .....	26
2.2	As redes sociais virtuais e sua ascensão meteórica .....	30
2.3	O engajamento das redes às ruas .....	35
<b>3</b>	<b>TEORIAS PARA COMPREENSÃO DO TEMA.....</b>	<b>39</b>
3.1	Entre o real e virtual .....	39
3.2	As reações nas redes como instrumentos de comunicação .....	43
3.3	Os algoritmos e o desenvolvimento identitário.....	46
3.4	A violência policial e seus números .....	53
3.5	Discurso sobre direitos humanos como catalisador de ódio nas redes.....	58
<b>4</b>	<b>DISPUTAS NARRATIVAS NAS REDES.....</b>	<b>61</b>
4.1	Operação <i>Exceptis</i> e a chacina do Jacarezinho .....	61
4.2	Disputas de narrativas sobre o caso.....	64
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>70</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>
<b>7</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>84</b>

# 1. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

## 1.1. Introdução

É inegável as transformações tecnológicas e sociais vivenciadas por esta geração, sobretudo pelo avanço digital que possibilitou um surpreendente nível de conexão entre pessoas, objetos e territórios, emergindo assim um novo “mundo digital”. Este lugar que vivemos, que abriga uma inédita dinâmica de relações virtuais é retratado conceitualmente por Levy (1999) como sendo o Ciberespaço, que nas palavras do próprio autor, “especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (LÉVY, 1999, p.17).

Por conseguinte, a compreensão dos fenômenos sociais no interior do ciberespaço<sup>1</sup> vem se tornando progressivamente objeto de interesse em diversas áreas do conhecimento científico, incluindo as ciências sociais. No decorrer dos anos, observou-se que para entender esse complexo campo, era necessário um olhar interdisciplinar, seja pelas dificuldades em se coletar dados ou por se tratar de um campo recente e pouco explorado do ponto de vista histórico. Neste contexto, o vínculo colaborativo de pesquisas entre o campo das ciências humanas e computacional se tornou inerente, resultando em uma nova terminologia denominada de Humanidades Digitais (ALMEIDA, 2014; GUERREIRO, 2014; PORTELA, 2013). Gallina-Russel (2011) reitera que:

Vários são os indicadores de consolidação de um novo campo de estudo. Entre eles: a formação de associações, organizações e centros especializados, a criação de programas de ensino acadêmico, realização de congressos e publicação de revistas e livros especializados. O campo das Humanidades Digitais está consolidado cada vez mais e há uma comunidade importante a nível internacional que identifica como uma “humanidade digital” (GALINA-RUSSELL, 2011, p. 4)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> O ciberespaço é definido como um mundo virtual porque está presente em potência, é um espaço desterritorializante. Esse mundo não é palpável, mas existe de outra forma, outra realidade. O ciberespaço existe em um local indefinido, desconhecido, cheio de devires e possibilidades (MONTEIRO, 2007).

<sup>2</sup> Tradução livre de: “*Existen varios indicadores de la consolidación de un nuevo campo de estudio. Entr ellos: la formación de asociaciones, organizaciones y centros especializados, la creación de programas académicos de enseñanza, la celebración de congresos y la publicación de revistas y libros especializados. El campo de las Humanidades Digitales se consolida cada vez más y existe a nivel internacional una comunidad importante que se identifica como “humanista digital”*” (GALINA-RUSSELL, 2011, p. 4).



Os centros de pesquisas associados as humanidades digitais são crescentes no mundo<sup>3</sup>, assim como a extensão de possibilidades de estudos sobre o ciberespaço dentro das ciências sociais é vasta, tal como a importância de sua relação com temas de natureza sociológica. Entretanto, percebe-se na literatura, certa limitação de trabalhos correlatos à alguns temas das ciências sociais, como por exemplo, o vínculo entre o campo da segurança pública com âmbito digital/virtual. Neste sentido, a presente pesquisa busca aprofundar este assunto, adentrando no domínio das redes sociais virtuais, procurando compreender o sentido e impactos dos discursos produzidos em torno do universo policial a partir de páginas oficiais e não-oficiais.

Destarte, a opção de se pesquisar os discursos produzidos em plataformas online<sup>4</sup>, com um recorte para as páginas associadas a segurança pública, ocorreu em detrimento da relevância de se compreender as consequências empíricas da realidade cotidiana em relação às narrativas produzidas no ciberespaço, ou seja, como se situam os discursos produzidos em páginas policiais, e qual o impacto que elas geram na realidade exterior a esfera virtual. Mesmo que não seja possível traçar uma relação direta entre determinadas ações policiais no Brasil (como abuso de poder ou violência policial) com o conteúdo que é produzido nas redes, é válido entender como é construída a ilustração da atuação policial na visão oficial das corporações, ou a partir dos comentários das páginas de apreciadores destas instituições.

Outro fator que justifica a relevância do tema, consiste no fato das redes sociais potencializarem a expressão de opinião de seus usuários (conforme elucidado nos capítulos posteriores). Este elemento possui dois aspectos: pela dimensão positiva, as redes permitiram evidenciar as vozes de uma grande parcela da população, que historicamente estiveram suprimidos, contudo, pelo ponto negativo, essa supostas liberdade de expressão viabilizou a

---

<sup>3</sup> O número de centros de pesquisa, associações, publicações, eventos científicos e páginas web associados às práticas em “Humanidades Digitais”, bem como pelo volume de financiamento dedicado a essas iniciativas, é de fato impressionante. Segundo dados do Centro de Humanidades Digitais do University College, existem hoje no mundo 114 centros de pesquisa “físicos” filiados às Humanidades Digitais, espalhados em 24 países, e os investimentos totais nas pesquisas nesse campo ao redor do mundo superam hoje os 40 milhões de dólares. A *Alliance of Digital Humanities Organizations* (ADHO), organização que congrega as diversas iniciativas no campo, foi fundada em 2002 – entretanto, a primeira conferência chamada “Digital Humanities” foi realizada já em 1989, como uma ação conjunta da Association for Computers and the Humanities e da Association for Literary and Linguistic Computing; desde então, a conferência tem sido realizada anualmente, e surgiram numerosos outros eventos em torno do tema. Destaca-se, entre eles, o ThatCamp de 2010, evento no qual foi redigido e publicado o Manifesto das Humanidades Digitais, documento que expressa o estado da arte e as perspectivas atuais do campo (HUMANIDADESDIGITAIS.ORG, 2011).

<sup>4</sup> A respeito do uso do termo “plataformas online”, D’Andréa discorre que: “Um aspecto que consolida e singulariza a ideia de “plataforma online” é a crescente adoção de uma arquitetura computacional baseada na conectividade e no intercâmbio de dados. Baseadas em robustas infraestruturas – em geral nomeadas como servidores “na nuvem” –, as plataformas se consolidam a partir de um modelo centralizado de fluxos informacionais e financeiros. Por outro lado, a interoperabilidade entre as plataformas faz emergir um “ecossistema” de plataformas” (D’ANDRÉA, 2020; VAN DIJCK, 2013).

propagação de estereótipos ou discursos intolerantes e de ódio, que nada mais são do que narrativas de manutenção do *status quo*. Um dos (inúmeros) exemplos de como as construções discursivas podem apresentar riscos aos direitos fundamentais da vida humana, e que se insere dentro do campo de estudo das humanidades digitais, é expressa nos dados coletados pelo Datafolha a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>5</sup> e publicados no 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2016), onde constata-se que 57% dos brasileiros corroboram com a expressão “bandido bom é bandido morto” (FBSP, 2016).

Neste sentido, reitera-se que o objetivo do trabalho não é apontar correlações entre os discursos nas páginas com os procedimentos policiais, como por exemplo, atribuir uma relação direta entre um possível engajamento na rede em torno da visão de “bandido bom é bandido morto” com um aumento nos índices de mortes decorrentes de intervenções policiais. No entanto, é válido para o estudo, identificar quais são as narrativas predominantes nas plataformas, sobretudo em um campo que “combinam a rápida disseminação da comunicação de massa com a penetração da comunicação pessoal” (CASTELLS, 2020, p. 446)<sup>6</sup>. Por último, destaca-se o impacto que a internet e as redes possuem na atividade cotidiana, ainda mais nesta conjuntura atual onde as redes sociais virtuais se tornaram uma extensão das realidades dos indivíduos.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

O objetivo principal desta pesquisa é discutir os mecanismos discursivos sobre a segurança pública, comparando as narrativas construídas nas páginas oficiais e não oficiais.

---

<sup>5</sup> Em meados dos anos 2000, um grupo de especialistas em segurança pública reuniu-se pela primeira vez para debater a possibilidade de criação de um canal permanente de discussão em nível nacional. A motivação era a certeza de que se fazia urgente a construção de um espaço de referência e cooperação técnica na área da atividade policial e da gestão da segurança pública no Brasil. Com o apoio da Fundação Ford, da Open Society Foundation e da Fundação Tinker, entre outras instituições, constituiu-se em março de 2006 o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

<sup>6</sup> Castells resgata este pensamento a partir da definição de Comunidades Virtuais de Barry Wellman (WELLMAN, 1996).

## 1.2.2 Objetivos Específicos

Em relação aos objetivos específicos deste trabalho, buscou-se compreender:

- Os elementos presentes nos círculos identitários em torno das páginas estudadas que fundamentam as disputas ideológicas;
- A relação das verdades construídas dentro da rede em paralelo aos fatos na realidade cotidiana.

## 1.3 Material e Métodos

Os primeiros passos desta pesquisa ocorreram em meados de 2016, com um intuito inicial de se pesquisar o campo virtual dentro das ciências sociais, sobretudo pela necessidade de urgência que o tema possuía e pelos escassos trabalhos dentro da área. Já em um primeiro momento, o estudo se voltou para a compreensão do universo policial dentro das redes sociais, tendo em vista que já naquele ano, as páginas que abordavam este assunto possuíam um engajamento de destaque nas plataformas. Neste sentido, após o amadurecimento do tema, a pesquisa ganha corpo com o objeto principal de estudo, a compreensão das narrativas exibidas em redes sociais virtuais.

No que tange aos procedimentos metodológicos para coleta e análise dos dados, o presente trabalho enfrentou diversos dilemas, e esta questão merece atenção especial. O primeiro impasse referente à coleta de informações, ocorreu, pois, para se trabalhar com plataformas com grande volume de informações (como Facebook ou Twitter) é imprescindível o uso de ferramentas computacionais específicas de extração de dados. Quando a coleta iniciou, no ano de 2017, foi preferida a ferramenta *Netvizz*<sup>7</sup> como a API<sup>8</sup> que iria desempenhar esta função, tendo em vista que ela era a de maior popularidade e de melhor manuseio.

Inicialmente foi delimitado a rede social Facebook como campo de pesquisa, devido ao grande número de usuários e engajamento, sobretudo no Brasil. Para determinar quais páginas

---

<sup>7</sup> O *Netvizz* é uma ferramenta que extrai dados de diferentes seções da plataforma do Facebook, em determinadas páginas e grupos, para fins de pesquisa (RIEDER, 2013).

<sup>8</sup> As APIs são um conjunto de padrões que pertencem a uma interface e que permitem a criação de plataformas de maneira mais prática para desenvolvedores.

seriam estudadas dentro do Facebook, foi realizada uma coleta de dados e mapeamento de páginas policiais com maior engajamento na rede. A primeira ação em relação à extração das informações foi definir todos os termos que abrangem a temática policial. Até o momento, na literatura não existiam parâmetros de termos a serem utilizados, deste modo, foram selecionadas palavras que mais se aproximavam ao contexto estudado. Os termos de busca utilizados foram: 1) Arma; 2) Bandido; 3) Batalhão; 4) Bope; 5) Caveira; 6) Farda; 7) Força Tática; 8) Getam; 9) Militar; 10) Operações Especiais; 11) Polícia; 12) Rocam; 13) Rota e 14) Tropa.

Através do rastreamento realizado pelo *Netvizz*, foram encontradas o seguinte número de páginas pôr termo, conforme demonstrado na Tabela 1.

**Tabela 1** – Páginas encontradas por termo de busca em 2017.

<b>Termo</b>	<b>Quantidade de páginas encontradas</b>
Arma	514
Bandido	486
Batalhão	442
Bope	506
Caveira	510
Farda	482
Força Tática	206
Getam	285
Militar	520
Operações Especiais	314
Polícia	497
Rocam	470
Rota	474
Tropa	523

Fonte: Dados obtidos pela ferramenta *Netvizz*.

Ao todo foram recuperadas 6.629 páginas que se correlacionam a atuação das polícias no Brasil. É importante salientar que as páginas encontradas pelo *Netvizz* não correspondem com exatidão ao tipo de página em que a pesquisa se propõe a pesquisar. Isso ocorre porque a ferramenta recupera todo o tipo de *page* contendo os termos selecionados. Por exemplo, o termo

“rota” pode designar tanto a abreviação de Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar como também, remeter a alguma página de outro sentido que possua os termos “rota” em seu nome, como a página do Rotary Club. Além do mais, as páginas encontradas são oriundas de diversos países, e não somente do Brasil. Sendo assim, além dos dados disponibilizados pelo *Netvizz*, foi necessário um mapeamento para identificar quais designavam conteúdos nacionais e de teor policial. Para isso, foi realizado um primeiro recorte, separando todas as páginas com mais de 500.000 seguidores. A partir deste recorte, as páginas que continham os termos citados anteriormente e que correspondiam às disposições em que o projeto se compromete a pesquisar, foram as listadas na Tabela 2.

**Tabela 2** – Páginas Policiais com mais de 500 mil fãs.

<b>Nome da Página</b>	<b>Tipo da Página</b>	<b>Fãs</b>
Polícia Federal – PF	Organização Governamental	2.537.366
Polícia 24H	Programa de TV	1.363.482
Plantão Policial	Figura Pública	1.302.020
Tropa de Elite (filme)	TV & Filmes	1.196.906
"Eu nasci pra ser Polícia."	Causa	1.130.511
Amigos da Rota	Localização	1.037.323
Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE	Organização Governamental	965.906
Polícia Militar do Estado de São Paulo	Organização	889.679
Operações Especiais	Notícias & Site de Mídia	848.432
BOPE Tropa De Elite	Figura Pública	767.785
Polícia 24hrs	Programa de TV	741.874
Polícia Militar	Organização Governamental	687.408
Apoio Policial	Comunidade	668.896
Armas de Fogo	Empresa de Notícias e Mídia	663.097
Polícia Civil do Estado de São Paulo	Organização Governamental	622.426
Tropa de Elite 2	Filme	593.241
Polícia Segurança Pública	Organização Governamental	590.521
Polícia Nacional	Organização Governamental	543.549
1911 ARMAS DE FOGO	Comunidade	531.078
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	Organização Governamental	525.187

Fonte: Dados obtidos pela ferramenta *Netvizz*.

Todavia, devido às alterações nas políticas de dados do Facebook que resultou em diversas restrições, o *Netvizz* foi retirado do ar em agosto de 2019, assim como outras ferramentas. Segundo D'Andréa, "Essas e outras restrições estão vinculadas a escândalos

protagonizados pelas plataformas – *Facebook/Cambridge Analytica*<sup>9</sup>, por exemplo – e têm desencadeado importantes discussões sobre o futuro das pesquisas empíricas baseadas em dados obtidos via APIs.” (D’ANDRÉA, 2021, p. 65). Deste modo, a partir daquele momento, a pesquisa ficou impossibilitada de coletar grandes volumes de dados por meio de instrumentos digitais, impactando não somente em relação ao número de elementos estudados, mas também sobre o método utilizado.

Ainda sobre o método, a primeira abordagem de análise das informações utilizada na pesquisa foi a ARS - Análise de Redes Sociais, cujas raízes estão na Sociometria e na Teoria dos Grafos (RECUERO, 2017). Esta opção metodológica para pesquisa foi definida por ser a abordagem mais utilizada para estudos sociais sobre redes no ciberespaço. Entretanto, devido a restrição no volume de dados relatado anteriormente, foi necessária uma readequação metodológica e conseqüentemente da quantidade de informações extraídas. No que tange a coleta, o enfoque dos impactos (sobretudo em números) das narrativas deu lugar a uma análise da construção dos discursos, e a extração que antes era realizada em um processo automatizado, passou a ser realizada manualmente. Este contexto levou a um segundo impasse. Frente às mudanças realizadas, a primeira opção metodológica para a pesquisa já não se mostrava como a melhor opção para o estudo. Apesar da ARS possuir premissas válidas, ela por si só não permite elucidar o impacto e divergências acerca dos discursos produzidos no Facebook. Portanto, foi necessário a consideração de outros modelos de análise.

Uma opção de abordagem, com grande prestígio em pesquisas nas ciências humanas é a *CMDA - Computer Mediated Discourse Analysis* (Análise de Discursos Mediado por Computador), elaborada por Herring (2004). Mesmo a *CMDA* dispendo de um viés mais próximo do estudo, compreendendo todos os tipos de mensagens interpessoais veiculadas na internet (ANDROUTSOPOULOS; BEISSWENGER, 2008), “seu foco é concentrado no produto linguístico da mediação do computador” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2018, p. 133), assim, se debruçando em analisar especificamente os efeitos do computador sobre a linguagem. Outra abordagem considerada para o estudo, e dentre as mais comuns neste campo, é a Netnografia<sup>10</sup>. Esta categoria de pesquisa elaborado por Kozinets (2014) se assemelha em

---

<sup>9</sup> Segundo Martins e Tateoki, “Em março de 2018, importantes órgãos da imprensa internacional noticiaram que a Cambridge Analytica teve acesso a dados pessoais de mais de 50 milhões de usuários do Facebook, os tendo utilizado em 2016 para conduzir e influenciar as eleições presidenciais norte americanas que resultaram na vitória do candidato republicano Donald Trump. Os dados do Facebook foram colhidos por meio do aplicativo thisisyourdigitallife, sendo que, ao utilizarem o aplicativo, os usuários concordavam em ceder dados e informações pessoais que, posteriormente, foram repassadas para a Cambridge (MARTINS; TATEOKI, 2019, p. 144) .

<sup>10</sup> Ao pesquisar distintos fenômenos de compra e consumo, o método permite estabelecer um relacionamento próximo aos consumidores investigados, o que torna possível o acesso contínuo durante todo o processo de

muitos pontos com o tradicional e consagrado modelo etnográfico, contudo, se destacando pelos procedimentos de coleta de dados e pelo campo de atuação no ciberespaço. Apesar da Netnografia assentir uma autonomia maior ao pesquisador, suas bases de coleta são estritamente orientadas para a compreensão antropológica do tema, afastando-se também do escopo do estudo com premissas sociológicas.

Não obstante, dentro dos estudos de discurso mediado por computador e redes sociais, um modelo pouco utilizado nas pesquisas das humanidades digitais, aparentou compreender melhor o objetivo deste trabalho. Este é um enfoque empenhado por Recuero (2017), que aborda a compreensão do discurso por meio de coletas com uso de ferramentas digitais, mas com análises a partir da concepção foucaultina. A respeito da definição de discurso elaborada por Foucault, o autor define como “o domínio geral de todas as afirmações, algumas vezes como um grupo individualizado de afirmações, outras vezes, como uma prática regulada que reflete um número de afirmações” (FOUCAULT, 1999, p.80). Nas palavras de Recuero, Foucault define o discurso como um conjunto de linguagem e prática que governa um determinado tópico. Neste sentido, esta abordagem foi a que melhor compreendeu os objetivos relacionados aos discursos nesta pesquisa (RECUERO, 2017).

Para solucionar as questões ligadas às tecnologias de extração de dados (também consideradas tecnologias de controle e vigilância) presentes na plataforma estudada, o modelo levantado como mais adequado foi o método presente no capítulo “Controvérsias protagonizadas pelas plataformas”, da obra “Pesquisando Plataformas Online: Conceitos e Métodos”, de Carlos d’Andréa (D’ANDRÉA, 2020). Conforme o autor, este modelo de análise compreende as plataformas como “atores-rede”<sup>11</sup> vinculados às dinâmicas políticas, econômicas e sociais (D’ANDRÉA, 2020).

Por agirem e desencadearem ações, as plataformas não apenas capturam dados de seus usuários – e oferecem uma parte ínfima deles para nossas pesquisas, como

---

pesquisa e após o seu término. Esta questão se coloca como relevante porque, acredita-se ser muito importante retornar à comunidade investigada ou grupo investigado para oferecer feedback do estudo, da mesma forma que no método original, a etnografia (ADADE; BARROS; MELLO DA COSTA, 2018; KOZINETS, 2014). A Netnografia é um instrumento de pesquisa utilizado nas análises e pesquisas dentro do ciberespaço. Segundo Kozinets, por meio da análise Netnográfica, é possível utilizar formas de comunicabilidade intermediada pelo uso de computadores como fontes de dados, desta forma, proporcionando uma melhor compreensão de fenômenos ligados à cultura digital (KOZINETS, 2014).

<sup>11</sup> A concepção de atores-rede advém da TAR - Teoria Ator-Rede. Braga e Suarez definem: “Latour (1988), Callon (1986) e Law (1987) pensaram a TAR com o intuito de retomar a capacidade de elaborar novas visões sobre a constituição do social, descobrindo o que a existência coletiva, ou seja, o que chamam de sociedade, se tornou. A TAR surge como uma ontologia orientada ao objeto, cuja proposta é redefinir a sociologia a partir de uma sociologia das associações. Um dos principais objetivos da TAR é descobrir novas instituições, procedimentos e conceitos capazes de coletar e reagrupar o social” (BRAGA; SUAREZ, 2018, p. 220).



detalharemos à frente –, mas também deixam seus próprios rastros. São vários os caminhos para, através dessas pistas, compreender as agências tecnopolíticas de uma plataforma (D'ANDRÉA, 2020, p. 56).

Posto isto, devido à dificuldade em encontrar métodos mais apropriados para o fenômeno investigado neste estudo, optou-se por utilizar a ADMC - Análise de Discursos Mediado por Computador, a partir da perspectiva foucaultiana do discurso e o modelo de coleta de d'Andréa como abordagens principais. De todo modo, tratamentos com base na ARS também serão utilizados em situações específicas deste estudo.

Acerca do quadro referencial, esta pesquisa é estruturada sobretudo na perspectiva do social-construtivismo, teoria que defende o papel ativo do sujeito em sua relação com o objeto de conhecimento e a construção da realidade. O conhecimento é entendido como algo que não se encontra nem nas pessoas, nem fora delas, mas sim é construído progressivamente pelas interações estabelecidas (GIL, 2008).

Por último, apesar deste trabalho fazer uso de números, se configurando como uma pesquisa quali-quantitativa, preferiu-se não utilizar técnicas de amostragem, devido ao tamanho de dados analisados.

[...] se a população for pequena (digamos, de 50 elementos) para termos uma amostra capaz de gerar resultados precisos para os parâmetros da população, necessitamos de uma amostra relativamente grande (em torno de 80% da população). Geralmente é mais relevante o tamanho absoluto da amostra do que a percentagem que ela representa na população (BARBETTA, 2002, p. 43).

Considerando que mesmo com muitos seguidores, o recorte dos comentários e publicações será delimitado, de tal modo que o volume não necessite de uma amostragem.

Nos capítulos seguintes, serão apresentados os resultados da pesquisa, a começar pela compreensão do fenômeno da internet, perpassando desde seu nascimento até os impactos os movimentos resultantes do engajamento nas redes sociais virtuais.

## 2 DO NASCIMENTO DA INTERNET A CONSOLIDAÇÃO DAS REDES

### 2.1 O surgimento da internet e seus desdobramentos

A Guerra Fria foi um importante acontecimento histórico, que delineou as estruturas políticas e sociais da segunda metade do século XX. Nesta conjuntura, o conflito entre as duas superpotências do período, os EUA (Estados Unidos da América) e a U.R.S.S. (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), pela hegemonia mundial, resultou em diversas disputas e acordos internacionais, impactando no modo de produção e sociabilidade vigente. Hobsbawm (1995) destaca, em “*Era dos Extremos*”, que a Guerra Fria produziu revoluções no campo social, cultural, militar e tecnológico (HOBSBAWM, 1995). E em meio a revolução tecnológica do século XX, impulsionada pela Guerra Fria, inicia a gênese da internet como conhecemos atualmente.

No ano de 1969, a agência estadunidense *ARPA*<sup>12</sup> (*Advanced Research Projects Agency*) desenvolveu a *ARPANET* (*Advanced Research Projects Agency Network*), o precursor sistema de transmissão de dados em uma rede de computadores que permitiu posteriormente a conexão de departamentos e centros de pesquisa nos EUA (MARQUES, 2012). Postula-se que ao final de 1971, cerca de quinze nós (pontos de acesso à internet) estavam conectados ao *ARPANET* (HAFNER; LYON, 1996; HAUBEN, 1998).

Após duas décadas do nascimento da internet, o físico e cientista da computação Tim Berners-Lee desenvolveu um projeto com base no conceito de hipertextos, que possibilitou o trabalho em uma rede de documentos. O projeto foi denominado de *Web* (*World Wide Web* ou *www*), que em um primeiro momento foi utilizado no *CERN*<sup>13</sup> (*Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire*) e, em seguida, mais precisamente em 1991, passou a ser difundido mundialmente (BERNERS-LEE; CAILLIAU, [s.d.]).

Pouco mais de uma década da criação da *Web*, inicia-se uma transformação na rede, modificando e ampliando as possibilidades que a internet poderia ter. No ano de 2004, se estabelece a descrição mais aprimorada do termo *Web 2.0*<sup>14</sup>, que segundo a literatura, é o

---

<sup>12</sup> Adiante a *ARPA* teve seu nome modificado para *DARPA* (*Defense Advanced Research Projects Agency*).

<sup>13</sup> O *CERN* é um laboratório de física de partículas do mundo, localizado na fronteira entre a França e a Suíça.

<sup>14</sup> A expressão *Web 2.0* foi criada pela primeira vez em 1999, por Darcy DiNucci, em um artigo publicado na *Print Magazine* (DINUCCI, 1999). Porém, foi Dale Dougherty, vice-diretor da *O'Reilly Media Inc.* que cunhou o termo mais elaborado de *Web 2.0*, através de uma série de conferências realizadas pela *O'Reilly Media Inc.* e *Media Live International*.

momento cronológico do advento dos *weblog*<sup>15</sup>, redes sociais virtuais e *wikis*<sup>16</sup>. Tim O'Reilly, um dos grandes responsáveis pela expansão do conceito, define o termo como:

*Web 2.0* é a rede como plataforma, abarcando todos os dispositivos conectados. As aplicações *Web 2.0* são aquelas que produzem a maioria das vantagens intrínsecas de tal plataforma: distribui o *software* como um serviço de atualização contínuo que se torna melhor quanto mais pessoas o utilizam, consomem e transformam os dados de múltiplas fontes - inclusive de usuários individuais - enquanto fornecem seus próprios dados e serviços, de maneira a permitir modificações por outros usuários, criando efeitos de rede através de uma 'arquitetura participativa' e superando a metáfora de página da *Web 1.0* para proporcionar ricas experiências aos usuários<sup>17</sup> (O'REILLY, 2012).

A ascensão do termo *Web 2.0* refletiu o que a internet se transformou ao longo dos anos, um ambiente (digital) onde os sujeitos passaram a interagir uns com os outros, criar vínculos, pesquisar, comentar, compartilhar e reagir às informações, transcendendo as barreiras físicas. Em última análise, é possível afirmar que a internet possibilitou que seus usuários se tornassem autores e propagadores dos seus próprios conteúdos e narrativas.

Nos dias atuais, presenciamos exemplos que ilustram as significativas transformações ocorridas na internet, como conversas sendo reproduzidas simultaneamente por meio de chamadas de voz ou de vídeo entre duas ou mais pessoas, independente da distância geográfica entre elas; transmissões sendo processadas ao vivo, antes um recurso exclusivo dos grandes meios de comunicação, ou então, pagamentos realizados com uso de aplicativos para celulares, pulseiras eletrônicas, chips e até mesmo utilizando de moedas digitais (criptomoedas).

Observa-se ao longo das três décadas de existência da internet, que seu desenvolvimento não ocorreu apenas no domínio dos novos recursos e possibilidades, mas também na expansão em números de usuários conectados.

A última edição da Pesquisa TIC Domicílios, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)<sup>18</sup> em 2019, demonstrou que aproximadamente 133,8 milhões de brasileiros

---

<sup>15</sup> *Weblog* é uma junção dos elementos de origem inglesa “*web*” e “*log*”, que significam diário de rede. São sites cuja estrutura permite o acréscimo de postagens (também denominadas de publicações ou artigos).

<sup>16</sup> O termo *wiki* deriva do *WikiWikiWeb*, são sites onde os usuários podem modificar colaborativamente seu conteúdo. O primeiro *software* do gênero foi criado por Ward Cunningham, em 1994.

<sup>17</sup> Livre tradução de: “*Web 2.0 is the network as platform, spanning all connected devices; Web 2.0 applications are those that make the most of the intrinsic advantages of that platform: delivering software as a continually-updated service that gets better the more people use it, consuming and remixing data from multiple sources, including individual users, while providing their own data and services in a form that allows remixing by others, creating network effects through an "architecture of participation", and going beyond the page metaphor of Web 1.0 to deliver rich user experiences*” (O'REILLY, 2012).

<sup>18</sup> O Comitê Gestor da Internet no Brasil tem a atribuição de estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil e diretrizes para a execução do registro de Nomes de Domínio, alocação de Endereço IP (*Internet Protocol*) e administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível “.br” (CGIBR, 2021).

com idade igual ou superior a 10 anos utilizaram a internet há menos de três meses em relação ao momento da entrevista, o que representa 74% da população nacional (BRASIL, 2020). A título de comparação, em 2008, a PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (primeira pesquisa do gênero a ser realizada no Brasil), relatou que o percentual de brasileiros conectados eram de apenas 34,8% da população nacional (IBGE, 2021). Sobre a pesquisa TIC Domicílios, destaca-se os dados mais completos na Tabela 3.

**Tabela 3** – Percentual de pessoas que utilizaram a Internet em 2019, no período de referência dos últimos três meses.

Percentual (%)	Há menos de três meses (usuário) <sup>19</sup>	Entre três e doze meses	Mais de doze meses	Nunca acessou a Internet
<b>TOTAL</b>	74%	3%	3%	20%

Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2019 (BRASIL, 2020).

Quando realizado um recorte sobre o acesso do público jovem no Brasil a internet, os dados apresentam porcentagens ainda maiores. Segundo a mesma pesquisa, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), entre os indivíduos de 16 a 24 anos, o percentual de uso de internet nos três meses que antecederam a pesquisa é de 92%, enquanto na faixa dos 25 aos 34 anos, o percentual é de 90%. Por conseguinte, a taxa de usuários de 16 a 24 anos que nunca acessaram a internet é de apenas 3% e dos 25 aos 34 anos é de 4% (BRASIL, 2020). A seguir, é apresentado na Tabela 4 o quadro completo sobre o uso da internet em comparação com a faixa etária:

<sup>19</sup> Considera-se 'usuário' aquele que utilizou a Internet há menos de três meses em relação ao momento da entrevista.

**Tabela 4** – Percentual de pessoas que utilizaram a Internet em 2019 por faixa etária.

	Percentual (%)	Há menos de três meses (usuário) <sup>20</sup>	Entre três e doze meses	Mais de doze meses	Nunca acessou a Internet
<b>Faixa etária</b>	<b>De 10 a 15 anos</b>	84%	4%	3%	8%
	<b>De 16 a 24 anos</b>	92%	2%	3%	3%
	<b>De 25 a 34 anos</b>	90%	3%	2%	4%
	<b>De 35 a 44 anos</b>	83%	4%	3%	10%
	<b>De 45 a 59 anos</b>	68%	3%	3%	26%
	<b>De 60 anos ou mais</b>	34%	2%	2%	62%

Fonte: CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2019 (BRASIL, 2020).

Apesar de os números também apontarem para um grande abismo digital (aproximadamente 3,14 bilhões de pessoas estão off-line no mundo segundo o relatório “*The Global State of Digital 2021*” publicado em parceria com as empresas We Are Social e a Hootsuite (HOOTSUITE; WE ARE SOCIAL, 2021), é evidente que o número de pessoas conectadas segue crescendo a cada ano, bem como que o uso da internet e das suas ferramentas é cada vez mais frequente no cotidiano. Giddens sintetiza o fenômeno do crescimento da rede afirmando que:

O alcance das tecnologias de mídia está crescendo com cada onda de inovação. Foram necessários quarenta anos para que o rádio atingisse nos Estados Unidos uma audiência de 50 milhões. O mesmo número de pessoas estava usando computadores apenas 15 anos após a introdução dessas máquinas. Depois que a Internet se tornou disponível, foram necessários meros quatro anos para que 50 milhões de americanos a estivessem usando regularmente (GIDDENS, 2011, p, 22).

Seguindo o enunciado do autor, também é plausível empregar a mesma analogia com o fenômeno das redes sociais virtuais. Como exemplo, podemos citar o Facebook, rede social mais utilizada no mundo, que após a formalização de seu nome em 2005, demorou apenas dois anos para alcançar a marca de 50 milhões de usuários cadastrados (GLOBO, 2014).

<sup>20</sup> Considera-se 'usuário' aquele que utilizou a Internet há menos de três meses em relação ao momento da entrevista.

## 2.2 As redes sociais virtuais e sua ascensão meteórica

Antes de adentrar sobre a evolução das redes sociais e suas consequências tecnológicas e sociais, é válido destacar, mesmo que brevemente, a diferenciação conceitual do termo dentro das humanidades.

A denominativa “rede sociais” surgiu anteriormente a sua aplicação virtual. O conceito das redes sociais provém das ciências sociais, cuja elaboração metodológica foi proposta pelo antropólogo J. A. Barnes seu artigo “Redes sociais e processo político”, onde aponta que indivíduos de uma comunidade norueguesa se organizavam através de interações interpessoais (BARNES; FELDMAN-BIANCO, 1987) nomeadas de *rede social total*<sup>21</sup> (ENNE, 2004).

Ao decorrer dos anos, o conceito ganha novos significados e é explorado por diversos autores. Para Castells, um dos maiores expoentes do conceito, os territórios (geográficos e sociológicos) e as identidades culturais estão sendo segmentados, devido às redes técnicas globalizadoras, resultando em uma nova forma de sociabilidade denominada de sociedade-rede (CASTELLS, 2020). Ainda segundo o sociólogo espanhol, a concepção de redes sociais virtuais é a concretização do conceito de redes sociais incorporado aos ambientes informacionais digitais (CASTELLS, 2003).

A era da internet foi aclamada como o fim da geografia. De fato, a internet tem uma geografia própria, uma geografia feita de redes e nós que processam o fluxo de informação gerados e administrados a partir de lugares. Como a unidade é a rede, a arquitetura e a dinâmica de múltiplas redes são as fontes de significados e função para cada lugar (CASTELLS, 2003, p. 170).

Boyd e Ellison (2007) acrescentam que a concepção de rede social digital é recente na literatura científica. As autoras afirmam que:

A rede social é definida como um serviço baseado na internet, que permite aos indivíduos construir um perfil público ou semipúblico, dentro de um sistema delimitado, articular uma lista de outros usuários com quem compartilham a conexão e ver e recorrer à sua lista de conexões e as outras que estejam dentro do sistema. A

---

<sup>21</sup> O que Barnes se propôs a fazer - e nesse sentido é percebido como um precursor no uso do conceito de rede para pensar analiticamente determinados contextos sociais em que a ideia de grupo não pareceria adequada — é transpor o conceito simbólico de rede, como utilizado primeiramente por Radcliffe-Brown, para usá-lo analiticamente, como instrumento metodológico de compreensão de relações sociais entre indivíduos. Assim, Radcliffe-Brown teria pensado o conceito de rede como uma simbologia para entender a estrutura social. Rede estaria, dessa forma, ligada a situações de permanência, e não a articulações temporárias. Segundo explica Mayer (1987), citando Firth, "Radcliffe-Brown usou a noção de rede para expressar de modo impressionista "o que sentia ao descrever metaforicamente o que via", cabendo a Barnes dar ao termo uma definição mais precisa" (ENNE, 2004, p. 264).

natureza e a nomenclatura dessas conexões podem variar de um lugar a outro (BOYD; ELLISON, 2007)<sup>22</sup>.

Para Acioli, todas as interpelações sobre o conceito de redes sociais remontam a um intrínseco vínculo com as transferências de informações (ACIOLI, 2007). Com base nestas premissas, pode-se inferir a existência de uma diferença conceitual de redes sociais entre as plataformas digitais como Facebook, Twitter, Instagram das estruturas sociais organizadas em redes (antropológicas). Para um melhor entendimento sobre a definição de redes sociais nesta dissertação, será utilizado o termo “redes sociais virtuais” para se atribuir às plataformas digitais.

Realizado as devidas diferenciações e adentrando na evolução e impactos das redes sociais virtuais, é notório que sua expansão acompanhou o aumento substancial de pessoas conectadas na internet. As últimas estimativas demonstram que redes como Facebook, YouTube e WhatsApp já passam dos 2 bilhões de usuários ativos (cada) e se levamos em consideração as redes com mais de 500 milhões de usuários operantes, acrescentamos à lista o Messenger, WeChat, Instagram, QQ, LinkedIn, Qzone, TikTok e Sina Weibo.

O maior exemplo de evolução a nível quantitativo de usuários e de inovações dentro das empresas de redes sociais virtuais é o Facebook. Sobre esta empresa, é pertinente uma explanação maior, tendo em vista que é um dos campos de pesquisa mais elucidado neste trabalho.

Em 4 de fevereiro de 2004 vai ao ar o *Thefacebook*, primeiro nome da rede criada por Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz, Chris Hughes e Eduardo Saverin. A plataforma foi elaborada com o objetivo de propiciar conexões entre os estudantes da Universidade de Harvard, e posteriormente, se ampliando para outros círculos universitários como Stanford, Columbia e Yale (MARTINI; COSTA, 2019). A princípio, a plataforma contava com recursos limitados, como postagens (apenas de textos, vídeos e fotos), opções de comentários e troca de mensagens entre seus usuários.

Em 2005 a rede mudou seu nome e domínio para Facebook.com, e ali já havia indícios de sua popularidade, visto que ao final daquele mesmo ano, a plataforma já contabilizava 5,5 milhões de usuários conectados dentre 2.000 faculdades e mais de 25.000 escolas de ensino médio nos Estados Unidos, Canadá, México, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Irlanda.

---

<sup>22</sup> Tradução livre de: “We define social network sites as web-based services that allow individuals to (1) construct a public or semi-public profile within a bounded system, (2) articulate a list of other users with whom they share a connection, and (3) view and traverse their list of connections and those made by others within the system. The nature and nomenclature of these connections may vary from site to site” (BOYD; ELLISON, 2007, p. 2011).

No ano seguinte, a empresa permite o cadastro de qualquer pessoa com idade igual ou superior a treze anos, e com e-mail válido. Outra atualização neste mesmo ano foi a implementação de um dos principais recursos da rede: o “*news feed*”<sup>23</sup> (ou feed de notícias) na página de cada usuário.

No ano de 2007 a Microsoft comprou 1,6% das participações do Facebook. Também foi incluída a opção de acessar o site (login) e realizar publicações diretamente de dispositivos móveis. Em relação ao engajamento, o número de pessoas conectadas superou os 50 milhões e mais de 100.000 páginas de negócios estavam cadastrados.

É importante ressaltar alguns pontos nos anos posteriores, como 2008, onde a rede alcançou o número de 100 milhões de usuários, ultrapassando deste modo o MySpace e se tornando a rede social virtual com maior quantidade de usuários no mundo; além da criação do seu primeiro aplicativo *mobile* para iPhone e abertura de sua primeira sede internacional de Dublin, Irlanda.

Em 2009 a companhia apresentou lucro pela primeira vez, e foi criado outro importante recurso: o botão “curtir”. 2010 foi o ano em que a rede social registrou 500 milhões de usuários. No que tange as atualizações, em 2010 foi implementado o sistema de detecção de rostos e o “*places*”<sup>24</sup> (serviço de check-in).

Ainda na perspectiva das novas soluções, em 2011 o Facebook implementou a “*timeline*”<sup>25</sup> (ou linha do tempo), organizando o conteúdo dos usuários cronologicamente. No mesmo ano, estimou-se que a empresa contava com 60 bilhões de imagens de usuários em seus bancos de dados, se tornando o maior host de fotos online (KESSLER, 2011). Em relação ao seu faturamento, destaca-se um elemento relevante para a sequência deste estudo, onde 5% dos US\$ 3,7 bilhões que o Facebook arrecadou em 2011 vieram da publicidade.

Já 2012 foi um ano de relevância econômica para a empresa. Neste período, o Facebook se tornou uma empresa pública, abrindo capital em um esperado IPO que avaliou a rede em mais de US\$ 100 bilhões (GLOBO, 2014), contudo, a empresa sofreu uma queda de 40% do

---

<sup>23</sup> Feed de Notícias é uma coleção personalizada e em constante mudança de fotos, vídeos, links e atualizações de amigos, familiares, empresas e fontes de notícias aos quais você está conectado no Facebook (FACEBOOK, 2015).

<sup>24</sup> Recurso em que você marca sua localização, para que amigos possam ver onde você se encontra em determinado momento.

<sup>25</sup> A *Timeline* do Facebook é um recurso da mídia social introduzido pelo Facebook em setembro de 2011 e lançado para todos os usuários em fevereiro de 2012. A *Timeline* combina Mural do Facebook de um usuário e perfil em uma página, criando um perfil mais visualmente holístico. Inclui detalhes cronológicos inversos, por ano, da história do Facebook de um usuário com pontos-chave de vida, incluindo aniversários, casamentos e outros eventos importantes. A linha de tempo reorganiza todas as informações de usuário armazenadas para exibição, em vez de arquivamento. Em encarnações anteriores do Facebook, era mais difícil ou impossível ver eventos, fotos e comentários desatualizados (CRUZ, 2017).



valor nos meses seguintes. No mesmo ano ocorre a compra da rede social virtual Instagram por US\$ 1 bilhão, e iniciou-se a exibição de anúncios entre postagens de amigos e páginas.

Em 2013 o número de acessos através de dispositivos móveis superou os realizados pelo computador. Começou a ser implementado o sistema “*Graph Search*”<sup>26</sup> para pesquisas, sendo disponibilizado para todos os usuários em 2014. Ainda em 2013 o Facebook realiza duas grandes aquisições, sendo a primeira o *Whatsapp* (um dos aplicativos de mensagens mais utilizados em todo o mundo) pelo valor de US\$ 19 bilhões, e o segundo a empresa de realidade virtual *Oculus* por US\$ 2 bilhões.

Nos anos seguintes a rede social virtual passou por inúmeras evoluções, dentre as quais se destacam a elaboração de botões de reações, *stories*, *Instant articles*, possibilidade para doações, vídeos em 360°, transmissões ao vivo, e recentemente as opções de *Safety Check* que permite o usuário alertar sua situação em situações de tragédias, e *Nearby friends*, recurso que revela quais amigos estão próximos no momento.

Segundo dados mais recentes disponibilizados pelo próprio Facebook, a rede social dirigida por Mark Zukemberg apresentou uma média de 2,85 bilhões de usuário mensais em março de 2021, representando um aumento de 10% em relação ao ano anterior. Se for levado em consideração a família de aplicativos: Facebook, Instagram e WhatsApp, a média de números mensais em março foi de 3,45 bilhões de usuário que fizeram login em pelo menos um dos aplicativos (FACEBOOK, 2021). No âmbito nacional, o relatório *Digital 2021 Report* produzido pelo Hootsuite, aponta que o Brasil conta com 140 milhões de usuários cadastrados no Facebook (HOOTSUITE, 2021).

Ao revisitar a evolução do Facebook, é possível traçar a transformação, passando desde uma plataforma de conexão entre universitários para um modelo de negócio amplamente lucrativo. Para Coutinho, com a chegada massiva das empresas no Facebook, os usuários passaram a ser compreendidos como consumidores, assim, as diversas das tecnologias e estratégias implementadas no site, vislumbram cada vez mais o aumento da lucratividade (COUTINHO, 2020). Neste sentido, para além da plataforma e seus consumidores, se destaca o engajamento das empresas dentro da rede. Martini e Costa afirmam que:

Os usuários na rede não estão delimitados apenas como pessoas, mas também como empresas. Uma pesquisa feita em 2019 pela empresa de Marketing Digital Rock

---

<sup>26</sup> O Graph Search do Facebook foi atualizado para permitir que as pessoas pesquisem com mais profundidade no Facebook. O novo Graph Search agora permite que os usuários pesquisem não apenas as pessoas e lugares habituais, mas também pesquisem postagens, atualizações de status, check-ins e comentários no Facebook (SLEGG, 2013).

Content<sup>27</sup> analisou 1.293 empresas, profissionais autônomos e alguns usuários de redes sociais. O estudo revelou que o Facebook tem 5,4% mais empresas do que pessoas cadastradas, além de ser a rede social mais utilizada pelo ramo. Dos participantes da pesquisa, 96,2% afirmaram que estão na rede social digital. Os dois principais objetivos das organizações na esfera digital são: divulgar a marca e se relacionar com sua audiência (MARTINI; COSTA, 2019, p.150).

Em vista disso, a probabilidade de que clientes de uma determinada empresa estejam conectados ao Facebook é grande, o que atrai as companhias em realizar investimentos em propagandas na plataforma (MARTINI; COSTA, 2019). Martini e Costa ainda afirmam que frente ao contexto de dualidade entre engajamento e publicidade (consumidores e empresas), uma das mudanças mais impactantes no Facebook foi a aplicação de algoritmos que “definem o usuário em um ambiente onde existem milhões de pessoas com diferentes gostos e características intelectuais, culturais e socioeconômicas distintas” (MARTINI; COSTA, 2019, p. 151). Entretanto, este aspecto em específico será mais bem elucidado nos capítulos posteriores.

De todo modo, é oportuno citar a prática do *zero-rating*, que exerceu um papel importante para o crescimento das redes sociais virtuais. Em diversos países, a viabilidade de uso das redes sociais foi impulsionada pela prática *de zero-rating* realizadas pelas operadoras de telefonia, onde a companhia oferece dados ilimitados e sem tarifa para o uso de determinados sites e aplicativos. No Brasil, a estratégia é muito comum entre as operadoras para a conexão de redes sociais e de programas de *streaming*<sup>28</sup> de áudio e vídeo. Esta informação vai ao encontro com os dados fornecidos pela PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2021), demonstrando que sete a cada dez brasileiros estão conectados à internet, sendo o celular/smartphone, o aparelho mais utilizado para o acesso, de acordo com 98% dos entrevistados.

A possibilidade de se conectar as redes sociais virtuais e aplicativos de *streaming* “gratuitamente”, gera um vínculo de *retroalimentação* com o engajamento existente. A partir desta conjuntura, o tópico seguinte aborda os impactos que as redes sociais tiveram em manifestações sociais em todo o mundo na última década.

---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://materiais.rockcontent.com/social-media-trends>

<sup>28</sup> Streaming é uma tecnologia que envia informações multimídia, através da transferência contínua de dados, utilizando redes de computadores, especialmente a Internet.

### 2.3 O engajamento das redes às ruas

O engajamento e a democratização da liberdade de expressão que as redes proporcionam não impactam somente em números, mas também no modo de sociabilidade existente tanto nos ambientes digitais quanto na realidade. As redes oferecem a oportunidade de voz para aqueles que antes nunca a tiveram e com isto, uma grande parte da sociedade encontrou no ciberespaço condições para externalizar os mais diversos tipos de discurso, fazendo coexistir dicotomias de extremos, desde a defesa dos direitos humanos e movimentos sociais passando até a manifestações de aversão às concepções éticas e morais da valorização humana (a exemplo dos discursos fascistas e neonazistas), que geram reflexos sobre o espaço concreto.

Segundo Castells (2013), a partir de 2008 é possível identificar diversos movimentos de indignação social em todo o globo, que tiveram em sua origem articulações por meio das redes sociais (CASTELLS, 2013). As manifestações contra Ben Ali na Tunísia - “revolução da liberdade e da dignidade” e contra a crise financeira na Islândia - “revolução das panelas”, foram as primeiras manifestações organizadas pela força da mobilização das redes sociais virtuais e foram um prelúdio de diversas outras revoltas pelo mundo que emergiram nos anos seguintes, como a primavera árabe, o *Occupy Wall Street* e mais recentemente os protestos políticos na América Latina e o movimento coletivo *Black Lives Matter*<sup>29</sup>.

Apesar dos jovens terem grande participação nos movimentos internacionais discutidos por Castells (2013), eles ainda não representavam uma maioria de manifestantes. Entretanto, no contexto brasileiro, as jornadas de junho de 2013 possuem um elemento singular em relação aos demais movimentos internacionais. No caso brasileiro, as manifestações também foram organizadas por intermédio das redes sociais virtuais, no entanto, os jovens tiveram uma atuação e presença muito maior. Segundo o levantamento do Datafolha<sup>30</sup>, 53% dos

---

<sup>29</sup> O movimento internacional “Black Lives Matter” (Vidas Negras Importam), é uma ação ativista que se deu início, nos Estados Unidos da América (EUA), com o objetivo de denunciar e cobrar providências contra a violência contra os negros, especialmente a violência policial. A mobilização ganhou força, com a morte de George Floyd, pelo policial David Chauvin, em 25 de maio de 2020, em Minneapolis. E com o episódio, a hashtag #BlackLivesMatter desencadeou uma onda de protestos nas redes sociais e nas ruas (OLIVEIRA; SOUZA, 2021, p. 58973).

<sup>30</sup> Pesquisa com registro PO813689. A pesquisa do Datafolha é um levantamento por amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados. O universo da pesquisa é composto pelos manifestantes concentrados no Largo da Batata. Nesse levantamento realizado no dia 17 de junho de 2013, foram realizadas 766 entrevistas com margem de erro máxima 4 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. Isto significa que se fossem realizados 100 levantamentos com a mesma metodologia, em 95 os resultados estariam dentro da margem de erro prevista (DATAFOLHA, 2013).

manifestantes tinham menos de 25 anos (DATAFOLHA, 2013). Já o IBOPE<sup>31</sup>, apresentou que 43% tinham entre 14 e 24 anos; 20% dos 25 a 29 anos; 18% dos 30 a 39 anos e 19% com 40 ou mais anos (GLOBO, 2013). Destaca-se também, que de acordo com a pesquisa do IBOPE, 62% das pessoas presentes nos atos souberam das manifestações através do Facebook (GLOBO, 2013).

As manifestações tinham como pauta inicial a tarifa zero e melhorias do transporte público metropolitano de São Paulo, mas segundo Lopes e Fidelis, logo “abriu-se espaço para outras pautas e movimentos, foi como o estopim. Pessoas que sequer eram filiadas a outros movimentos se juntaram voluntariamente e acrescentaram outras pautas às manifestações” (LOPES; FIDELIS, 2015, p. 42).

Assim, as jornadas de junho de 2013 marcaram um novo tipo de expressão jovem, suprimidas até então. A organização por meio do ciberespaço permitiu a articulação em massa, mostrando as pautas e indignações da condição juvenil, mesmo elas sendo difusas.

No Brasil, após as jornadas de 2013, outros movimentos cada vez mais jovens e articulados pelas redes ganharam notoriedade. Ao final do mesmo ano, o movimento dos *rolezinhos* surgem nos noticiários da capital paulista. Em 2016 emergiram as ocupações das escolas pelos secundaristas. Em 2019, destaca-se as manifestações de 15 e 30 de maio realizadas sobretudo por estudantes universitários contrários aos cortes de verbas pelo governo federal.

Em relação ao movimento dos *rolezinhos*, é possível afirmar que a aglomeração de pessoas em determinados locais com o objetivo de interagir socialmente, seja encontrar os amigos, comer algo ou conhecer pessoas, é inerente à sociedade humana. Há muito tempo, este tipo de encontro é popularmente denominado como “rolê” entre a cultura juvenil. No final de 2013, emerge o fenômeno denominado como *rolezinhos*, se diferenciando dos habituais encontros metropolitanos pela grande quantidade de pessoas, sobretudo jovens das periferias, em um mesmo estabelecimento. A cidade de São Paulo foi palco do nascimento deste movimento, que teve como principal instrumento de organização, a plataforma de eventos do Facebook. No dia 8 de dezembro de 2013, seis mil adolescentes realizaram um *rolezinho* no Shopping Metrô Itaquera, seis dias depois, um novo encontro foi realizado no Shopping Internacional de Guarulhos, desta vez com a participação de 2,5 mil pessoas. Já no dia 22 de

---

<sup>31</sup> A pesquisa foi feita nas capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília na quinta-feira, dia 20. Foram entrevistados 2002 manifestantes com 14 anos ou mais, com margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos (GLOBO, 2013).

dezembro, o encontro confirmado por 10 mil jovens na rede social, teve como ponto de encontro o Shopping Interlagos, na zona sul da capital paulista.

Diferente das jornadas de junho, o movimento dos *rolezinhos* apresentava uma pauta mais específica: o direito a espaços de lazer. Seus adeptos estavam inseridos em uma conjuntura ainda mais marginalizada, pois segundo Bueno (2015), além de jovens, a grande maioria dos frequentadores destes eventos eram moradores das periferias (BUENO, 2015). Por este motivo, o estigma em torno dos encontros era maior do que em outros movimentos.

Apesar do grande engajamento juvenil em torno dos movimentos brasileiros, observa-se tanto nas jornadas de 2013 como nos *rolezinhos*, uma resposta em defesa da normatividade. As jornadas que apresentavam uma indignação difusa, logo foram absorvidas pelas camadas mais velhas. Após 2013, o Brasil presenciou diversas manifestações político-partidárias, sob a presunção de continuidade das jornadas de 2013. Não obstante, dados coletados pelo Datafolha em uma manifestação contra a presidente Dilma Rousseff, mostrou que 40% possuíam 51 anos ou mais; 33% de 36 a 50 anos; 19% de 26 a 35 anos; 5% de 21 a 25 anos e apenas 4% na faixa dos 12 aos 20 anos (DATAFOLHA, 2015)<sup>32</sup>.

Logo, os jovens que ora foram grandes protagonistas nas articulações das manifestações de 2013 são novamente suprimidos pelos mais velhos, que desta vez, se apropriaram das ferramentas experimentadas inicialmente pelas culturas juvenis. A exemplo dos *rolezinhos*, identifica-se outra fisionomia de silenciamento. Na época, a ampla quantidade de pessoas e o estigma que rondam aqueles jovens, desencadeou diversas ações de empresários, populares e da polícia militar. Ações policiais nos encontros realizados no Shopping Internacional de Guarulhos e no Shopping Interlagos, resultaram em 26 detenções de suspeitos. Entretanto, todos foram liberados, uma vez que nenhum boletim de ocorrência foi realizado.

Observa-se que o desvio da normatividade não é aceito na sociedade, e os movimentos de caráter juvenil, materializados pelas novas probabilidades que a internet viabilizou, foram destituídos de seus sentidos, seja pela apropriação ou pela violência. Podemos compreender que as redes sociais virtuais possibilitam uma organização massiva e descentralizada, permitindo que os jovens se mobilizem em torno de suas próprias pautas, mesmo quando estas não possuem forma ou clareza, a lembrar do desenrolar das jornadas de junho no Brasil. Para além da grande capacidade de engajamento dos jovens nas redes sociais, tendo em vista a precoce assimilação

---

<sup>32</sup> Universo: público presente à manifestação no dia 15 de março na avenida Paulista. Amostra: 432 entrevistas. Margem de erro: A margem de erro para o total da amostra é 5 pontos para mais ou para menos. Período de medição e coleta de dados: das 14h às 18h. Data: 15/03/2015 (DATAFOLHA, 2015).

das crianças e adolescentes no campo digital, as mobilizações dos últimos anos apresentam um elemento ímpar, que é a quebra da relação tutelar da qual as culturas juvenis eram submetidas. O ciberespaço deu voz para as juventudes e permitiu que eles fossem escutados.

O moderno ativismo virtual está colocando em xeque as instituições que historicamente tiveram um papel fundamental no silenciamento dos mais jovens. O M4BL (*The Movement for Black Lives*) e posteriormente o *Black Lives Matter*, nos Estados Unidos, assim como as ocupações estudantis nas escolas de São Paulo, são expressões da capacidade de organização através do ciberespaço, que romperam o paradigma de subserviência, e confrontaram a função protetora das instituições, como a polícia no caso estadunidense e as escolas no cenário brasileiro.

Neste sentido, são diversos os exemplos de como o engajamento produzido nas redes sociais extrapolam o espaço virtual e produzem consequências empíricas na realidade física (ou cotidiana). Os capítulos seguintes abordam a perspectiva teórica sobre a construção da realidade, sobretudo no âmbito virtual e como ela se relaciona com os discursos produzidos sobre episódios recentes vinculados ao domínio da segurança pública no Brasil.

### 3 TEORIAS PARA COMPREENSÃO DO TEMA

#### 3.1 Entre o real e virtual

Este cenário de movimentos sociais emergindo com a colaboração do engajamento nas redes, concomitante à ampliação no número de usuários conectados, levou muitos pesquisadores a buscarem respostas para possíveis relações entre virtual (ciberespaço) e o real (CASTELLS, 2003, 2020; LÉVY, 2010a, 2010b, 2011; WELLMAN, 2001). Contudo, segundo Lévy (2011), a relação entre os ambientes reais e virtuais antecede a chegada da internet (LÉVY, 2011). Neste espectro, uma das perspectivas para compreender as estruturas sociais desta relação é a partir do conceito de Construção Social da Realidade.

A *Construção Social da Realidade* é um livro composto por Berger<sup>33</sup> e Luckmann<sup>34</sup>, com o título original de *The Social Construction of Reality*, de 1966 (BERGER; LUCKMANN, 1973). A obra ganhou relevância em diversos campos da ciência, desde a psicologia social até a antropologia, no entanto, é pelo prisma da sociologia que o texto ganha maior notoriedade.

Dentro do quadro de referência construtivista, o objetivo dos autores é delimitar as bases para uma tentativa de superação do embate entre objetividade e subjetividade. O sustentáculo que fundamenta o pensamento dos sociólogos é o conceito de “realidade”, estruturada como sendo objetiva ou subjetiva. Segundo Gil (2008):

Para esses autores, a sociedade é uma produção humana. Pode, portanto, ser entendida como uma realidade objetiva, constituída por objetos emancipados dos atores que a produzem. Mas por outro lado, a sociedade também pode ser considerada como uma realidade subjetiva, pois é interiorizada por meio da socialização. Os indivíduos, ao tomarem contato com condições objetivas historicamente determinadas, constroem sua realidade subjetiva que, concomitantemente é objetivada, constituindo, dessa forma, a realidade objetiva em que vivem (GIL, 2008, p. 24).

Neste sentido, a construção social da realidade está fundamentada na concepção de como os indivíduos constroem seus próprios conhecimentos da realidade. Berger e Luckmann

---

<sup>33</sup> Peter Berger nasceu em Viena em 1929. Se mudou aos 17 anos para os Estados Unidos da América. Estudou sociologia na *New School for Social Research* de Nova York, sendo posteriormente docente da mesma. Também atuou como diretor do Institute for the Study of Economic Culture da Universidade de Boston. Seus estudos são consagrados principalmente na sociologia do conhecimento e sociologia da religião.

<sup>34</sup> Thomas Luckmann ou Tomaž Luckmann, nasceu na cidade eslovena chamada Jesenice. Estudou filosofia e linguística na Universidade de Viena e Innsbruck e posteriormente, assim como Berger, estudou na *New School for Social Research* de Nova York. Trabalhou como professor da Universidade de Konstanz (Alemanha), sendo concedido o título de professor emérito em 1994.

(1973) postulam a existência de uma dualidade de interações com a sociedade, exemplificando que cada sujeito está inserido em sua realidade cotidiana. No entanto, a realidade é distinta para cada indivíduo, sincronicamente em que somos influenciados pela sociedade que vivemos, somos agentes construtores desta (BERGER; LUCKMANN, 1973).

Partindo destes pressupostos, Berger e Luckmann (1973) discorrem que os indivíduos concebem seus próprios entendimentos do que é a realidade. Para elucidar tal inferência, os sociólogos afirmam que a realidade entendida como construída, é composta por dois princípios complementares. A primeira é denominada de *Realidade Objetiva*, compreendendo toda materialidade, experiências físicas e sensoriais. A segunda é a *Realidade Subjetiva*, que são aquelas produzidas no âmbito imaterial, como nos livros ou nos mitos, ou mesmo no plano das ideias (construções mentais).

Sendo a sociedade uma realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, qualquer adequada compreensão teórica relativa a ela deve abranger ambos esses aspectos... Tais aspectos recebem correto reconhecimento se a sociedade for entendida em termos de um processo dialético em curso, composto de três momentos: exteriorização, objetivação e interiorização... Esses momentos não devem ser pensados como ocorrendo em uma sequência temporal, mas de forma simultânea... Estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade. (BERGER; LUCKMANN, 1973, p. 173).

O interior do conceito de construção social da realidade consiste justamente na coexistência entre a realidade objetiva paralelamente a realidade subjetiva, resultado no que compreendemos como realidade cotidiana (o que entendemos como o real de fato).

Outro tópico relevante na estrutura de pensamento dos autores são os padrões da realidade cotidiana. Os padrões atuam como elos entre os sujeitos, sendo organizações sociais entrelaçadas nos planos de realidade. Os padrões são: *Institucionalização; Legitimação e Interiorização*. Destaca-se que Berger e Luckmann (1973) definem o conceito de institucionalização e legitimação como parte da existência objetiva, sendo o espectro subjetivo, o dirigente da absorção da realidade objetiva (interiorização).

O conceito de institucionalização dentro desta teoria, preconiza que os indivíduos transferem suas liberdades de escolhas para as instituições, inibindo deste modo, a carga psicológica em torno das decisões. Ainda dentro deste conceito mais amplo, ressalta-se alguns elementos como as funções das *Tradições* e dos *Papéis Sociais*.

Sobre as tradições, a linguagem assume o mérito de componente responsável pelas trocas de experiências. Com o passar dos anos, o conhecimento adquirido em torno de uma realidade se torna cada vez mais concreto, necessitando de que toda aprendizagem adquirida



seja transmitida para próximas gerações. Este processo de trocas, resulta em uma realidade mais detalhada. Os papéis possuem um duplo sentido, fundamental na construção das instituições. A função central dos papéis na sociedade é representar uma instituição ao mesmo tempo em atua para legitimá-la:

Os papéis representam a ordem institucional. Esta representação realiza-se em dois níveis. Primeiramente a execução do papel representa a si mesma. Por exemplo, empenhar-se em julgar é representar o papel de juiz. O indivíduo julgador não está atuando “por sua própria conta”, mas *qua* juiz. Em segundo lugar, o papel representa uma completa necessidade institucional de conduta. O papel de juiz relaciona-se com outros papéis, cuja totalidade compreende a instituição da lei. O juiz atua como representante desta instituição. Somente mediante esta representação em papéis desempenhados é que a instituição pode manifestar-se na experiência real (BERGER; LUCKMANN, 1973, p. 104).

Ou seja, os papéis representam as interiorizações da realidade subjetiva executada dentro da realidade objetiva.

Outro componente responsável pela construção da realidade cotidiana é a *Legitimação*. De modo análogo às *Tradições*, a Legitimação atua em função da perpetuidade da realidade de uma classe. Em suma, sua operação consiste na “transmissão do mundo institucional de uma geração para outra” (MACHADO JÚNIOR et al., 2016, p. 235). Entretanto, é plausível, que indivíduos apresentem restrições em relação a adesão do processo de institucionalização da sociedade em que estão inseridos, sobretudo quando não vivenciam o seu desenvolvimento. Nestas situações, “as instituições exercem autoridade (ação coerciva) sobre o indivíduo, a fim de garantir a aceitação de suas definições, sem a possibilidade de serem redefinidas, garantindo, deste modo, sua legitimação (MACHADO JÚNIOR et al., 2016, p. 235). Portanto, podemos inferir que dentre os mecanismos de legitimação da realidade, se encontra a exclusão dos indivíduos que apresentam “desvios” em relação a realidade dominante.

Ressalta-se que o conceito de construção social da realidade em nenhum momento foi pensado a partir da conjuntura digital, até porque a obra foi redigida em 1966<sup>35</sup>, muito antes do nascimento da internet como conhecemos atualmente. No entanto, ao trazermos a discussão para o âmbito digital, as contribuições de Castells<sup>36</sup> se tornam bastante pertinentes. O sociólogo explora a relação entre ambientes virtuais e reais mais profundamente no capítulo “*A cultura da virtualidade real*” do livro “*A sociedade em rede*” (CASTELLS, 2020).

---

<sup>35</sup> O livro foi escrito em 1966 sob o título de *The Social Construction of Reality*.

<sup>36</sup> Manuel Castells é um sociólogo espanhol, cujo nascimento aconteceu em 1942 na cidade de Héliin. Castells atuou como professor em universidades como a de Paris e Berkley. Possui grande contribuição para a sociologia, comunicação e planejamento urbano.

Mesmo sem recorrer a Berger e Luckmann, o autor define bases importantes para a compreensão da construção social da realidade em paralelo ao ciberespaço. O primeiro ponto é a diferenciação conceitual entre virtualidade e realidade, onde estabelece que o virtual é o que existe na prática enquanto o real é o que existe de fato

Em outro momento, Castells afirma que “todas as realidades são comunicadas por intermédio de símbolos” (CASTELLS, 2020, p. 458), já remetendo uma possível associação entre o virtual e a realidade subjetiva.

É um sistema em que a própria realidade (ou seja, a experiência simbólica/material das pessoas) é inteiramente captada, totalmente imersa em uma composição de imagens virtuais no mundo do faz-de-conta, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam em experiência. (CASTELLS, 2020, p. 459).

Para exemplificar a relação exposta, podemos pensar nas redes sociais virtuais, que mesmo não sendo comunidades físicas, não podemos afirmar que são irreais. Neste caso, as redes funcionam em outro plano de realidade (virtual) (CASTELLS, 2000), e assim, mesmo no plano virtual, as informações e discursos condicionam uma construção da realidade física. Acerca desta afirmação, destaca-se o enunciado de Castells que define que as redes:

[...] constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultural. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social. Além disso, eu afirmaria que essa lógica de redes gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes: o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder. A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social (CASTELLS, 2020, p. 497).

Castells sugere que a virtualidade, mesmo que subjetiva, é interferida pela realidade objetiva, assim a interatividade que se sucede no ambiente digital é também factual. Argumentando a este respeito, Castells se vale de um acontecimento histórico, evocando a ocasião na qual Dan Quayle, então vice-presidente dos Estados Unidos da América, criticou Murphy Brown, personagem de uma série televisiva interpretada por Candice Bergen, no decurso de sua campanha para reeleição, em 1992. As críticas de Dan Quayle a Murphy Brown se deu pela personagem ser uma mulher solteira, autônoma, independente e profissional,

características que se opunham ao perfil conservador, defensor dos “bons costumes”, que ele possuía e, as respostas as críticas eram dadas dentro da própria série televisiva. A ocasião repercutiu ao ponto de colaborar para a não reeleição de George Bush, então presidente estadunidense (CASTELLS, 2020). Castells explicou com este exemplo que se a virtualidade é factual, qualquer ação neste ambiente tem impactos diretos sobre a realidade que Berger e Luckmann chamam de objetiva.

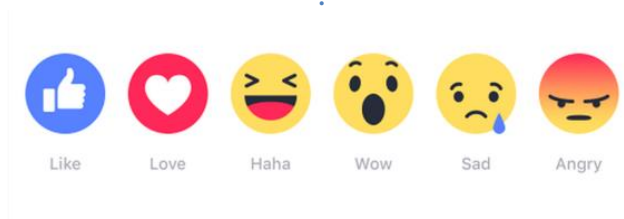
Neste sentido, a teoria de Castells se complementa com a perspectiva do que é o virtual para Lévy, dentro de uma sociedade em rede (LÉVY, 2011). Na prática, a cultura da realidade virtual na perspectiva de Castells, demonstra que é inexistente uma oposição entre virtual e real, tendo em vista que as representações no campo das ideias, que sempre existiram na história (realidade subjetiva), agora são materializadas no campo virtual. Tal afirmação vai ao encontro com os pressupostos de Berger e Luckmann, se tomarmos como referência o entendimento de realidade cotidiana como sendo a coexistência entre realidades objetivas e subjetivas.

### **3.2 As reações nas redes como instrumentos de comunicação**

Antes de adentrar nas questões relacionadas ao discurso produzido nas redes policiais, é válido discorrer brevemente sobre elementos que corroboram na construção narrativa dentro das plataformas virtuais. Talvez um dos principais elementos presente na rede social Facebook são as reações (ou emoticons). Segundo Teehan (2016) (um dos diretores do Facebook), a empresa introduziu em sua rede o botão “curtir”, com a finalidade de permitir que os usuários se expressassem melhor, ao mesmo tempo, possibilitando um *feedback* dos *post* entre os círculos de amigos e páginas (TEEHAN, 2016). Entretanto, em muitos casos apenas uma opção de “curtir” determinada publicação poderia ser vago ou insuficiente para demonstrar o sentimento do usuário em relação ao conteúdo. Neste contexto, em outubro de 2015, o Facebook começou a avaliar novas alternativas para seu tradicional botão “curtir”, presente na plataforma desde 2009. Teehan (2016) afirma que as novas reações deveriam seguir dois princípios fundamentais: 1) As reações devem ser compreendidas universalmente e 2) As reações devem ser amplamente utilizadas e expressivas. Enquanto usabilidade, as reações deveriam ser uma extensão do botão “curtir” e não deveriam dificultar o comportamento existente (TEEHAN, 2016).

Em 2016 a rede social implementou globalmente cinco novos botões, sendo eles: *like* (curtir); *love* (amei); *haha*; *wow* (uau), *sad* (triste) e *angry* (grr), conforme demonstrado na Figura 1:

**Figura 1** – Botão de reações do Facebook



Fonte: (TEEHAN, 2016).

Em nota oficial, o Facebook inaugurou as novas reações afirmando que:

Temos ouvido as pessoas e sabemos que deveria haver mais maneiras de expressar de maneira fácil e rápida como algo que você vê no Feed de notícias o torna sentir. É por isso que hoje estamos lançando as Reações, uma extensão do botão Curtir, para oferecer a você mais maneiras de compartilhar sua reação a uma postagem de uma forma rápida e fácil<sup>37</sup> (KRUG, 2016).

Em relação aos significados das novas reações, o remanescente botão “curtir” não representa grandes respostas para as postagens. Apesar de seu caráter neutro, o botão também possibilita o usuário de demonstrar aprovação, apesar da reação “amei” ser um indicativo mais intenso para esse fator. O botão “amei” é comumente utilizado para confirmar uma forte aprovação ou muita felicidade. A reação “haha” é um botão voltado para conteúdos engraçados, contudo, ele também pode ser utilizado como recurso irônico ou sarcástico. A opção “uau” é destinada para esboçar um sentimento de surpresa ou espanto. A reação “triste” é empregada em resposta a um sentimento de melancolia ou abatimento, sobretudo quando a opção de “curtir” soar ofensivo, afora também utilizado como desaprovação. Outro botão também associado a reprovção é o “grr”. O “grr” é botão mais similar a representação de “não curtir” uma publicação e designado como sentimento de raiva.

Pinheiro (2018) desenvolveu um estudo que analisou o uso dos emoticons de reações do Facebook como demarcações de conversação e engajamento nas mídias (PINHEIRO, 2018).

<sup>37</sup> Tradução livre de: “*We’ve been listening to people and know that there should be more ways to easily and quickly express how something you see in News Feed makes you feel. That’s why today we are launching Reactions, an extension of the Like button, to give you more ways to share your reaction to a post in a quick and easy way*” (KRUG, 2016).

Em sua pesquisa, Pinheiro (2018) concluiu o seguinte agrupamento de reações em relação ao sentimento, conforme representado na Tabela 5:

**Tabela 5** – Resumo dos agrupamentos dos emoticons de Pinheiro (2018).

<b>Emoticons em relação aos sentimentos</b>	
<i>Emoticons</i> que são considerados reações positivas	Amei, curtir, uau, haha
<i>Emoticons</i> que são considerados reações negativas	Grr, triste, haha
<i>Emoticons</i> que são considerados reações neutras	Curtir, uau, haha
<b>Tipo de sentimento em relação ao emoticon</b>	
<i>Emoticon</i> “curtir”	Neutra
<i>Emoticon</i> “amei”	Positiva
<i>Emoticon</i> “uau”	Positiva
<i>Emoticon</i> “haha”	Positiva
<i>Emoticon</i> “triste”	Negativa
<i>Emoticon</i> “grr”	Negativa
<b>Intensidade do sentimento em relação ao emoticon</b>	
<i>Emoticon</i> com maior intensidade positiva	Amei
<i>Emoticon</i> com maior intensidade negativa	Grr

Fonte: (PINHEIRO, 2018)

Observa-se que as reações mais polarizadas são “amei” representando um sentimento positivo e “grr” como negativo. As demais reações “transitam entre os tipos de sentimentos, podendo ser mais ou menos intenso dependendo do conteúdo e da visão daquele que utiliza esses símbolos para expressar sua emoção ou seu posicionamento” (PINHEIRO, 2018, p.79).

Em meados de 2020 o Facebook adotou mais um botão de reação denominado de “força” durante o período de crise do coronavírus. O botão foi planejado para ser temporário e permitir que as pessoas demonstrem suporte durante a pandemia.

Portanto, é possível conceber as reações como parte de uma construção narrativa, que segundo Recuero (2013), permite o usuário tomar parte de uma conversa, sem fazer parte dela, deste modo, apesar de variar de acordo com cada contexto, as reações possuem significados (RECUERO, 2013).

### 3.3 Os algoritmos e o desenvolvimento identitário.

O termo algoritmo remete a um período histórico muito anterior ao surgimento dos computadores. Para compreender a terminologia, é necessário o resgate de um personagem chamado Abu Ja'Far Mohammed Ibn Musa al-Khowarizmi que viveu entre os anos de 780-850, e foi um astrônomo e matemático persa, membro da Casa do Saber (biblioteca e centro de traduções construído em Bagdá durante o Califado Abássida<sup>38</sup>). De acordo com a literatura, a palavra *álgebra* origina-se a partir do árabe “al-jabr”, que é um trecho do livro “Kitab al-jabr w'al muquabala”<sup>39</sup> escrito justamente por Abu al-Khowarizmi (MARÍ, 2006).

O livro foi traduzido por Gerardo de Cremona no século XII, e através destas versões a álgebra foi inserida na Europa Ocidental. A obra descreve o uso dos numerais hindu e os procedimentos para operações aritméticas usando esses algarismos. Com o decorrer dos anos, estudiosos europeus adaptaram o termo a partir do latim, dando origem a palavra “algoritmo” que remete a área da aritmética com numerais hindu.

A definição de algoritmo se desenvolveu nos séculos posteriores. Segundo Aquino (2020), “se antes ele era uma concepção básica da matemática, agora ele passa a ganhar dimensões que o reconfiguram a uma força de pensamento e organização moderna” (AQUINO, 2020).

Em 1956, o cientista da computação holandês Edsger Dijkstra desenvolve o “algoritmo de Dijkstra”, que desvendava o problema do acesso mais curto num grafo dirigido ou não dirigido com arestas de peso não negativo, em tempo computacional.

De acordo com Dijkstra (1971), um algoritmo diz respeito a uma descrição de um padrão de comportamento, expresso em termos de um conjunto finito de ações. Ou seja, executando a operação  $a + b$  observa-se um padrão de comportamento, mesmo a operação sendo executada para valores diferentes de  $a$  e  $b$  (DIJKSTRA, 1971).

Knuth (1997) afirma que os algoritmos são conjuntos finitos de regras que define uma ordem de operações para solucionar um determinado tipo de problema. Knuth ainda desenvolveu uma lista de cinco propriedades que são amplamente aceitas como requisitos

---

<sup>38</sup> O Califado Abássida foi fundado em Harã, pelos descendentes de Abul Abas ibne Abedal Mutalibe, tio paterno de Maomé, em 750. Perdurou durante dois séculos e teve um declínio paulatino, com a ascensão do exército turco, os mamelucos, estruturado pelo próprio califado. Menos de 150 anos após o califado ter tomado o poder da Pérsia, o poder foi cedido a força para emires dinásticos locais, que reconheciam apenas nominalmente. Além disso, também perderam as províncias ocidentais de Alandalus, de Magrebe e de Ifríquia, para um príncipe omíada, para os Aglábidas e para o Califado Fatímida, respectivamente.

<sup>39</sup> A tradução para o português da obra é: Livro Compêndio sobre Cálculo por Restauração e Balanceamento.

para a definição de um algoritmo, descrito na Tabela 6 (KNUTH, 1997):

**Tabela 6** – Propriedades de um algoritmo para Knuth<sup>40</sup>.

<b>Propriedades</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finitude</b>	"Um algoritmo deve sempre terminar após um número finito de etapas"
<b>Definição</b>	"Cada etapa de um algoritmo deve ser definida com precisão; as ações a serem realizadas devem ser rigorosamente e inequivocamente especificadas para cada caso"
<b>Entrada</b>	"... quantidades que são fornecidas a ele inicialmente antes do início do algoritmo. Essas entradas são obtidas de conjuntos de objetos especificados"
<b>Saída</b>	"... quantidades que têm uma relação específica com as entradas"
<b>Eficácia</b>	"... todas as operações a serem realizadas no algoritmo devem ser suficientemente básicas para que possam, em princípio, ser feitas exatamente e em um período de tempo finito por um homem usando papel e lápis"

Fonte: (KNUTH, 1997)

Destaca-se que Salvetti e Barbosa (1998) adaptam as propriedades de Knuth ao aspecto computacional, afirmando que os algoritmos são:

[...] uma sequência finita de instruções ou operações básicas (operações definidas sem ambiguidade e executáveis em tempo finito dispondo-se apenas de lápis e papel) cuja execução, em tempo finito, resolve um problema computacional, qualquer que seja sua instância (SALVETTI; BARBOSA, 1998, p. 5).

Deste modo, Brezolim (2015) destaca que para a computação, os “algoritmos descrevem um conjunto de passos computacionais que definem soluções de determinados problemas” (BREZOLIN, 2015, p.24).

No campo da matemática, os algoritmos são conceitualmente determinados pela aceitação da máquina de Turing, considerando esta o modelo formal de algoritmo

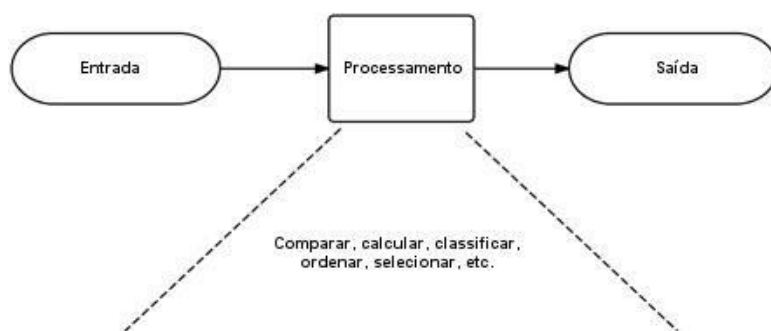
<sup>40</sup> O modelo original encontra-se no Anexo 1.

(LUCCHESI et al., 1979). Eiras (2014), define a máquina de Turing como:

Uma máquina de Turing pode ser assim descrita: uma fita móvel e infinita, isto é, do tamanho do problema a ser resolvido, dividida em células, onde são escritos, um a um, os dados do problema e as ligações lógicas entre eles; um dispositivo de leitura capaz de mover a fita, ler o que está escrito e enviar para uma tabela de decisão, que é capaz de resolver as ligações lógicas dos dados; o mesmo dispositivo de leitura é capaz também de ler o resultado na tabela de decisão e escrever de volta o resultado sobre a fita (EIRAS, 2014, p.3).

Segundo Brezin, a Figura 2 “ilustra uma sequência de passos computacionais de forma mais abstrata, apresentando o princípio de funcionamento dos sistemas computacionais: entrada – processamento – saída” (BREZOLIN, 2015, p. 23).

**Figura 2** – Sequência de passos computacionais.



Fonte: (CORMEN et al., 2001)

No contexto da internet e redes sociais virtuais, Magalhães (2016) interpreta que os algoritmos “são usados para decidir automaticamente o que é mais ou menos relevante e deve, portanto, ser mais ou menos visto. O que vai ou não estar no seu feed de notícias, o que vai estar na primeira ou na terceira página de sua busca no Google” (MAGALHÃES, 2016).

Portanto, para compreender os discursos produzidos na rede, e não obstante, seus impactos na realidade cotidiana, é necessário entender o funcionamento de alguns recursos presentes nas plataformas.

O emprego de códigos para estipular a relevância das publicações levantou questionamentos no campo das ciências sociais, sendo a principal delas, se os algoritmos estabeleceriam que o usuário tivesse mais acesso a informações e notícias que lhe agradasse e com as quais se identificasse, acarretando por consequência, na formação de uma “bolha” onde os indivíduos teriam cada vez menos acesso a informações com as quais divergem. Estudos



relatam, por exemplo, que uma pessoa com posições conservadoras, que segue páginas e participa de grupos identificados com esta ideologia, terá uma quantidade de publicações conservadoras em seu mural (Feed) muito maior que a quantidade de publicações com outra inclinação ideológica. Esta sequência de ações por parte da plataforma, acarreta no que Pariser (2012) denomina de “filtro-bolha” (PARISER, 2012).

Os estudos que se propõem a estudar o funcionamento e impactos dos algoritmos no Facebook, em suma, compartilham de uma mesma dificuldade: a ausência de informações e transparência nos dados disponibilizados pelo *conglomerado de Menlo Park*<sup>41</sup>. Contudo, na contramão da maioria destes estudos sobre o tema, Bakshy, Messing e Adamic, da Universidade de Michigan, tiveram o aval do Facebook para analisar dados (anonimamente) de 10,1 milhões de usuários dos EUA. O trabalho se concentrou em usuários que definiram na rede sua posição política, e os resultados foram publicados na revista Science. Os estudiosos de Michigan concluíram que os “filtros-bolhas” ou “filtros-invisíveis” existem, entretanto, as bolhas eram formadas pelas próprias estruturas sociais e decisões do usuário e não por interferência de algoritmos. (BAKSHY; MESSING; ADAMIC, 2015). A proposição foi também adotada pelo Facebook através de uma nota oficial (FACEBOOK, 2015).

Entretanto, autores como Pariser e Moro se opõem as conclusões da pesquisa de Bakshy, Messing e Adamic. Pariser defende que:

O código básico no seio da nova internet é bastante simples. A nova geração de filtros on-line examina aquilo de que aparentemente gostamos – as coisas que fazemos, ou as coisas das quais as pessoas parecidas conosco gostam – e tenta fazer extrapolações. São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir. Juntos, esses mecanismos criam um universo de informações exclusivo para cada um de nós – o que passei a chamar de bolha dos filtros – que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações (PARISER, 2012, p. 14).

Ainda neste sentido, Moro destaca que a utilização de algoritmos para estabelecer quais publicações aparecerão no *feed*, favorece a criação de uma bolha ideológica (filtro-bolha), que em última instância, induz o usuário a permanecer conectado mais tempo, resultado em maiores lucros para a plataforma, a vista que quanto mais tempo o usuário permanece conectado, maior o número de propagandas que ela será exposto (SALAS, 2015).

A luz das ciências sociais, é possível traçar uma relação sobre as bolhas produzidas nas redes com teorias precedentes ao fenômeno da internet. Deste modo, é razoável uma primeira

---

<sup>41</sup> Menlo Park é uma cidade situada no estado da Califórnia, EUA. Nesta cidade está localizada a sede da Facebook, Inc.

associação entre as bolhas ideológicas ou bolhas de filtros com as preposições sobre a sociedade intimista elaborada por Sennett (1999). Para o autor, “a procura por interesses comuns é destruída pela busca de uma identidade comum” (SENNETT, 1999, p. 319). Sennett, através de sua obra o “*O Declínio do Homem Público*”, se debruça a partir do nexos entre o público e privado. Apesar do autor publicar um detalhado diagnóstico a luz da história sobre o homem público do século XIX, são dois elementos mais específicos que interessa para a compreensão da conjuntura atual. O primeiro, é justamente a fragmentação do homem público em: *ator* e *espectador*. Na perspectiva de Sennett, os indivíduos se inclinaram a exercer sobretudo o segundo papel, “aqui compreendido como ordem e ausência de interação social, esfacelando todo o princípio de uma cultura pública existente” (SANTOS, 1993, p. 307), o que contribuiu para a geração de uma disciplina do silêncio, também compreendido como a ausência da interação social.

Esta primeira inferência dialoga com um mecanismo de nossa atualidade, onde os *atores* são os indivíduos com maior influência nas redes (maior quantidade de seguidores, por exemplo) e os *espectadores* entendidos como a grande massa de usuários, que atuam como consumidores das redes. Esta asserção em particular, será abordada mais detalhadamente nos capítulos posteriores.

O segundo ponto levantado sobre a sociedade intimista é uma das consequências do triunfo da personalidade individual: a constituição das comunidades destrutivas (lógica do expurgo). Segundo Sennett, nestas comunidades, os indivíduos se isolam em micro círculos, impossibilitando a visão mais extensa da sociedade, acarretando assim, em uma compreensão de guerra, onde quem está fora do seu círculo é um inimigo para o círculo (uma ameaça à identidade forjada pelo grupo).

Neste cenário, não é distante pensar em possíveis relações entre a sociedade intimista do século XIX com as dinâmicas sociais propositadas pelas plataformas virtuais, sobretudo a partir do entendimento das comunidades destrutivas com os resultados advindos dos filtros-bolhas. De todo modo, apesar das possíveis semelhanças conceituais, uma diferença fica bastante evidente entre a sociedade intimista de Sennett e as relações no Facebook: a primeira é compreendida como consequência das próprias relações de uma sociedade em determinado contexto histórico, enquanto a segunda é empenhada propositalmente por vontade de uma instituição privada (talvez o ápice do tensionamento entre o público e o privado).

Ao inferir que o Facebook contribui para ratificar a polarização das massas entre seus usuários, é possível depreender que a rede possui não apenas um caráter de influência

econômica, mas principalmente de manejo social. Quando a rede define qual o teor da publicação que será transmitida no *feed* de cada usuário, micro círculos identitários são produzidos.

Neste sentido, também é válido a reflexão da atuação e consequência das bolhas ideológicas com a concepção de prevenção de desvios proposta por Foucault (2005). Devido ao processo de globalização, as formas de imposição do *poder* deixaram de ser executadas através de métodos repressivos e violentos e começaram a ser exercidas por intervenção da prevenção e do controle (FOUCAULT, 2005). Aqui o Facebook surge como um aparato sutil e sofisticado de poder, desempenhando uma função disciplinar aos seus usuários, encaminhando uma informação determinada (SCRIMIM, 2019). Em relação as disciplinas, Foucault discorre que:

[...] importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. (FOUCAULT, 2005, p.123).

A formação disciplinar exercida nas redes sociais atuais se assemelham em alguma medida à noção de disciplina aplicada ao contexto prisional, elaborada por Foucault. O Facebook é por excelência um ambiente de vigilância e controle, onde os usuários vigiam uns aos outros constantemente. São os próprios indivíduos que se empenham em ser examinados e catalogados, seja em marcações em fotos, álbuns, descrições no perfil, ou em publicações aleatórias. Esta condição estimula uma nova forma de poder, agora exercida em rede, onde o controle e vigilância entre os usuários resulta em uma disciplina própria de “vigiar e curtir”, ou seja, neste ambiente virtual se verifica perfeitamente as práticas de poder.

Por último, outro tópico que se relaciona com os círculos identitários, são as notícias falsas veiculadas por usuários na rede, e por consequência, a transformação para um estado de pós-verdade. Apesar das notícias falsas e a pós-verdade serem trabalhadas secundariamente neste trabalho, é válido realizar um aporte teórico, mesmo de forma concisa. O conceito de pós-verdade vem ganhando notoriedade nos últimos anos, impulsionada principalmente pela democratização da internet, e a facilidade de propagação de ideias (SANTAELLA, 2019).

Postula-se que a origem do termo tenha sido cunhada pelo dramaturgo Steve Tesich<sup>42</sup> em 1992 (DARNTON, 2017; KREITNER, 2016). Entretanto, é a partir de 2016 que a expressão adquire grande repercussão, levando a Oxford Dictionaries eleger a “pós-verdade” como palavra do ano (OXFORD DICTIONARIES, 2016).

Apesar da pós-verdade e as notícias falsas (*fake news*) caminharem paralelamente, conceitualmente não possuem uma definição amplamente aceita na literatura acadêmica (RIBEIRO; ORTELLADO, 2018). Dentre as definições utilizadas sobre “notícias falsas”, se destaca a de Lazer e colaboradores, que a descrevem como:

[...] a informação fabricada que emula o conteúdo noticioso na forma, mas não no processo ou no propósito organizacional. Notícias falsas carecem das normas e processos editoriais noticiosos para garantir a precisão e a credibilidade da informação. Notícias falsas sobrepõem-se, assim, a outros desarranjos da informação, como a desinformação, seja no sentido da informação simplesmente equivocada [*misinformation*], como no sentido da informação equivocada que é difundida propositalmente com a intenção de enganar [*disinformation*]<sup>43</sup>(LAZER et al., 2018, p. 1094).

No que diz respeito a pós-verdade, Cardoso discorre que “costuma ser definida brevemente como uma estratégia de desvalorização dos fatos em prol de interesses pessoais” (CARDOSO, 2019, p. 20). Suplementando o conceito, o dicionário elaborado pela Universidade de Oxford define que o termo é um substantivo: “[...] que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais” (OXFORD DICTIONARIES, 2016).

Podemos conceber assim, que a pós-verdade consiste na admissão de informações (individuais ou coletivas), sendo a legitimidade apoiada em convicções pessoais como política, religiosa, cultural entre outras. Por conseguinte, os filtros-bolhas (ou bolhas ideológicas) aqui discutido, possuem uma relação inerente a compreensão do termo, de modo que as informações e notícias consideradas verdadeiras pelos usuários, serão aquelas que condizem e não se opõem ao seu círculo social.

---

<sup>42</sup> Stojan Steve Tesich foi um roteirista, dramaturgo e romancista sérvio-estadunidense. Ele ganhou o Oscar de Melhor Roteiro Original em 1979 pelo filme *Breaking Away*. O termo foi inicialmente empregado no ensaio: *Ditadores até agora tiveram trabalho para suprimir a verdade. Hoje isso não é mais necessário. Como povo livre, decidimos viver num mundo de pós-verdade*.

<sup>43</sup> Texto original: “fabricated information that mimics news media content in form but not in organizational process or intent. Fakenews outlets, in turn, lack the news media’s editorial norms and processes for ensuring the accuracy and credibility of information. Fake news overlaps with other information disorders, such as misinformation (false or misleading information) (LAZER et al., 2018, p. 1094).

### 3.4 A violência policial e seus números

Antes de adentrar nos discursos produzidos nas redes sociais virtuais em torno da atuação policial e da segurança pública, é importante destacar alguns elementos e conceitos, que vão perpassar de algum modo as discussões nas páginas estudadas. Dentre estes tópicos, estão presentes questões relacionadas a violência policial e aos direitos humanos. Neste sentido, começamos pelos índices relativos à violência exercida pela polícia no Brasil, um dos assuntos mais recorrentes envolvendo as corporações.

O debate acerca do tema é amplamente abordado no círculo acadêmico, contudo, a grande maioria das pesquisas esbarram nas dificuldades de coleta de dados (apoiando-se apenas em dados oficiais) e de acesso ao “universo” policial.

O Estado possui a prerrogativa do *monopólio do uso da força*,<sup>44</sup> a fim de assegurar a ordem social. E no Brasil, este uso da força é exercido por intermédio das polícias militares e das forças armadas. No entanto, possuir a prerrogativa não é um aval para que o policial empregue força física (por contato direto ou com uso de armamento) para impedir os atos criminosos.

O controle da violência exercida pelas forças armadas e policiais é, segundo Neto, “uma das condições necessárias para a consolidação do estado de direito e de regimes políticos democráticos<sup>45</sup>” (NETO, 1999, p. 129). No que tange a violência, a sua forma mais comum no âmbito da segurança pública ocorre quando um policial executa alguém em serviço. A partir deste contexto, é importante destacar os indicadores mais recentes sobre policiais civis e militares vítimas de crimes violentos letais intencionais e mortes decorrentes de intervenções policiais nos primeiros semestres de 2019 e 2020 a partir da Tabela 7:

---

<sup>44</sup> O monopólio legítimo da violência foi articulado por Max Weber.

<sup>45</sup> J. J. Linz & Alfred Stepan, *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America and post-communist Europe* (Baltimore and London, Johns Hopkins University Press, 1996. cap. 1); L. Diamond, J. J. Linz & S. M. Lipset, *Politics in developing countries: comparing experiences with democracy* (Boulder, CO, Lynne Rienner, 1995, cap. 1); Robert A. Dahl, *Democracy and its critics* (New Haven and London, Yale University Press, 1989. cap. 19).

**Tabela 7** – Policiais Civis e Militares Vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais, por número de vítimas - 1º semestre Brasil e Unidades da Federação – 2019-2020 (FBSP, 2020).

Brasil e Unidades da Federação	Policiais Civis e Militares Vítimas de CVLI		
	Números Absolutos		
	1º semestre		
	2019	2020	Variação (%)
<b>Brasil</b>	<b>92</b>	<b>110</b>	<b>19,6</b>
Acre	-	-	-
Alagoas	2	2	0,0
Amapá <sup>(1)</sup>	-	-	-
Amazonas	4	1	-75,0
Bahia <sup>(1)</sup>	6	4	-33,3
Ceará	-	10	...
Distrito Federal	-	-	-
Espírito Santo	-	-	-
Goiás <sup>(2)</sup>	...	...	...
Maranhão	-	1	...
Mato Grosso	2	-	...
Mato Grosso do Sul	1	3	200,0
Minas Gerais <sup>(1)</sup>	1	2	100,0
Pará	28	8	-71,4
Paraíba	1	1	0,0
Paraná	-	3	...
Pernambuco	5	10	100,0
Piauí	1	1	0,0
Rio de Janeiro	18	27	50,0
Rio Grande do Norte	2	1	-50,0
Rio Grande do Sul <sup>(3)</sup>	3	-	...
Rondônia	-	2	...
Roraima <sup>(1)</sup>	-	1	...
Santa Catarina	-	2	...
São Paulo	16	28	75,0
Sergipe	-	1	...
Tocantins <sup>(1)</sup>	2	2	0,0

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; MJSP; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(...) Informação não disponível.

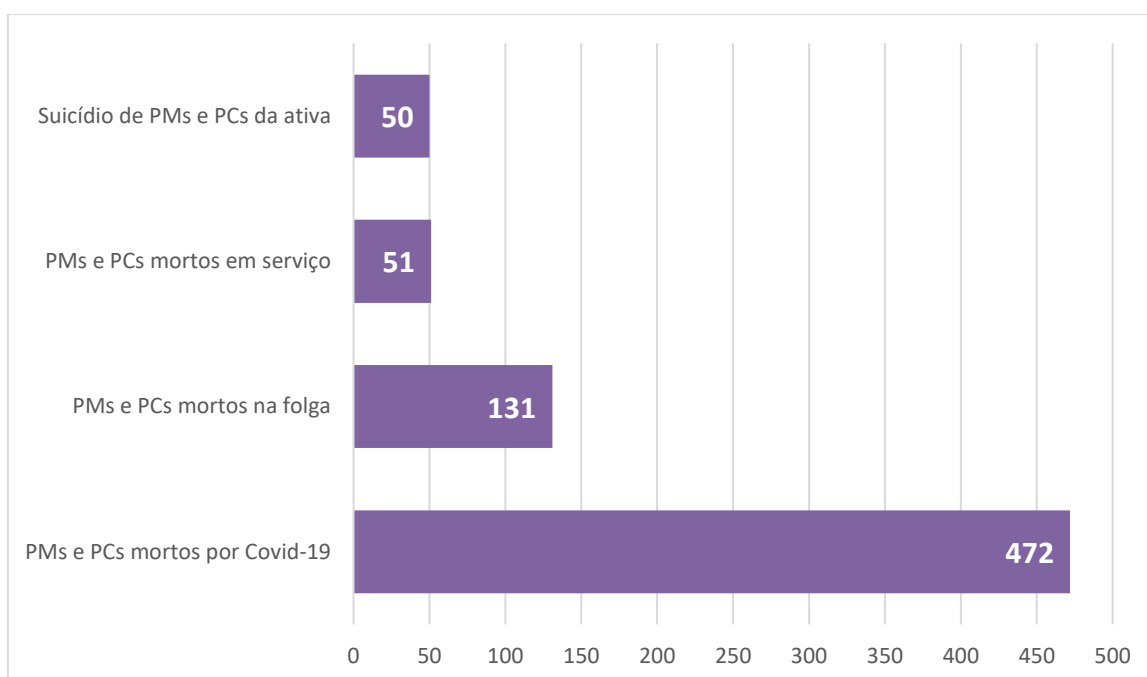
(1) A fonte do dado é o Monitor da Violência, elaborado pelo G1, em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(2) Goiás não disponibilizou os dados sobre policiais mortos.

(3) No Rio Grande do Sul, estão contabilizadas somente os policiais mortos em serviço.

Em relação aos números de policiais mortos nos últimos anos, observa-se que a maior prevalência ocorreu nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, por serem estes os mais populosos e com um maior efetivo policial. Outro fator que corrobora para o predomínio dos índices em São Paulo e Rio de Janeiro é que a maior parte dos óbitos de policiais ocorrem fora do horário de serviço, quando os agentes realizam “bicos” para complementar da renda, conforme o Gráfico 1:

**Gráfico 1** – PMs e PCs mortos em serviço e fora<sup>46</sup>, mortos por Covid-19 e suicídio de policiais da ativa.



Fonte: Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021).

Segundo Alves e Salla, Rio de Janeiro e São Paulo são os estados que mais abrigam possibilidades de trabalhos extra para os policiais. (ALVES; SALLA, 2020).

Outro índice passível de comparação é o número de mortes decorrentes de intervenção policial nos primeiros semestres de 2019 e 2020, conforme demonstrado na Tabela 8 a seguir:

<sup>46</sup> Nota: o Estado de Pernambuco não informou os números desagregados de mortes de PMs e PCs na folga e em serviço, apenas o número total (12). Por isso, ao somarmos os números acima, teremos 182 mortes e não 194.

**Tabela 8** – Mortes decorrentes de intervenção policial, por número de vítimas – 1º semestre  
Brasil e Unidades da Federação – 2019-2020 (FBSP, 2020).

Brasil e Unidades da Federação	Mortes decorrentes de intervenção policial		
	Números Absolutos		
	1º semestre		
	2019	2020	Variação (%)
<b>Brasil</b>	<b>3.005</b>	<b>3.203</b>	<b>6,6</b>
Acre	12	16	33,3
Alagoas	51	57	11,8
Amapá <sup>(1)</sup>	61	70	14,8
Amazonas	36	54	50,0
Bahia	364	534	46,7
Ceará	84	96	14,3
Distrito Federal	4	8	100,0
Espírito Santo	18	26	44,4
Goiás <sup>(2)</sup>	...	...	...
Maranhão <sup>(1)</sup>	44	35	-20,5
Mato Grosso	28	52	85,7
Mato Grosso do Sul	32	15	-53,1
Minas Gerais <sup>(1)</sup>	57	60	5,3
Pará	367	259	-29,4
Paraíba	16	19	18,8
Paraná	155	179	15,5
Pernambuco <sup>(3)</sup>	32	55	71,9
Piauí	30	17	-43,3
Rio de Janeiro	885	775	-12,4
Rio Grande do Norte	63	85	34,9
Rio Grande do Sul <sup>(3)</sup>	117	90	-23,1
Rondônia <sup>(1)</sup>	10	3	-70,0
Roraima <sup>(1)</sup>	6	9	50,0
Santa Catarina	43	61	41,9
São Paulo	426	514	20,7
Sergipe	59	107	81,4
Tocantins <sup>(1)</sup>	5	7	40,0

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) A fonte do dado é o Monitor da Violência, elaborado pelo G1, em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(2) Goiás não disponibilizou os dados sobre mortes decorrentes de intervenções policiais.

(3) Estão contabilizadas somente as vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço.

Observação: Esta versão foi modificada em 10/02/2021 a partir da retificação no número de vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais na Bahia. Essas modificações têm impacto no total de vítimas do Brasil.



Nota-se em comparação entre os anos de 2019 e 2020, que houve um aumento nos números de pessoas mortas em quase todos os estados. Destaca-se que a polícia do estado de São Paulo matou 514 pessoas no primeiro semestre de 2020, de acordo com os dados. Este número representa a maior quantidade de homicídios por agentes das policiais desde 1996, quando os dados começaram a ser aferidos pelo governo de São Paulo.

Segundo Souza, um dos motivos da alta letalidade policial advém do discurso de guerra produzidos no interior das corporações (SOUZA, 2020). Ainda segundo o autor, no caso da PMESP, o processo de militarização modificou o modo de ser da instituição, onde o discurso de guerra estabeleceu novas formas de vínculo com a sociedade, resultando em um processo de estranhamento entre ambas (GUERRA, 2015; SOUZA, 2020). Não obstante, Souza (2020) aponta a letalidade policial como um dos recurso para “aliviar a tensão” dos policiais em campo (em guerra) (SOUZA, 2020).

Para lidar com essa manifestação do sofrimento o trabalhador produz mecanismos de defesa numa tentativa de modificar a organização do trabalho e com isso aliviar esse sofrimento experimentado. O mecanismo de defesa é produzido na tentativa de reequilibrar o aparelho psíquico. Ele pode ser de natureza individual, quando há o desenvolvimento de neuroses, paranoias, psicopatias, desenvolvimento de condutas de risco, como o uso abusivo de substâncias tóxicas legais ou ilegais e até mesmo o suicídio idealizado ou consumado, em que há a manifestação de uma agressividade contra si mesmo. E pode ser de natureza coletiva, expressa por uma cultura peculiar do grupo, não admitida oficialmente pela direção da empresa, mas que atua de forma marcante e intensa a ponto de se sobrepor às normas prescritas pela organização do trabalho, me refiro à subcultura. Com ela os trabalhadores objetivam enfrentar os riscos inerentes à profissão e lidar com as tensões e o sofrimento proporcionados. Formas de manifestação dos mecanismos de defesa coletivos: virilidade, inclusive no relacionamento entre os colegas de profissão; coragem e autossuficiência, atuando como super-heróis com superpoderes na crença que tudo podem fazer, inclusive exterminar pessoas, e que tudo conseguem suportar. Falamos aqui de uma heteroagressividade (SOUZA, 2020, p. 103).

Podemos dizer que a relação entre as instituições policiais e a violência através dos números é intrínseco. Uma das bases de sustentação das ações letais é a cultura de tolerância em relação à violência policial (COSTA, 1999). Neste sentido, Adorno afirma que:

[...] a prática da violência em nome da ordem, da moral, da religião... enfim, da própria segurança nacional. (...) como nos tempos bárbaros da escravidão, o brasileiro pode matar, torturar, linchar. Quando não o faz diretamente, muitas vezes justifica e aprova” (ADORNO, 1996, p. 49 apud. BENEVIDES, 1983).

Segundo Neves, a “opinião pública que vê na ação violenta da polícia o único meio para combater a criminalidade – mostram quanto estamos longe de sair da situação de Não-Estado de Direito” (NEVES; RIQUE; FREITAS, 2002, p. 14).

Neste aspecto, observa-se a violência não como um fenômeno isolado, mas com um princípio cultural, emaranhado como solução para mazelas da sociedade, como a criminalidade. A partir da ótica da violência como parte intrínseca da cultura em nossa sociedade, é válido destacar como suas formas se expressam em outros âmbitos, como a violência simbólica observada nas redes a partir do discurso dos direitos humanos.

### **3.5 Discurso sobre direitos humanos como catalisador de ódio nas redes**

Apesar do discurso “anti-direitos humanos” não ser a pauta principal deste estudo, é importante resgatar suas origens, pois comumente o termo é amplamente utilizado por grupos nas redes sociais, para fundamentar narrativas como “defensores dos direitos humanos são defensores de bandidos”.

O século XX, sobretudo sua primeira metade, presenciou tanto a ascensão como o declínio dos regimes totalitários na Europa, assim como a erupção das duas grandes guerras. É notório que os impactos da segunda guerra foram devastadores para a humanidade, seja pelos aspectos econômicos, estruturais e sociais. A partir desta conjuntura, pelo prisma da possibilidade de retorno aos acontecimentos presenciados no período, é criado em torno da comunidade mundial, mecanismos que impossibilitasse uma possível regressão.

Dentre os mecanismos legais e sociais desenvolvidos neste período, destaca-se a criação das Organizações das Nações Unidas (ONU), organismo internacional responsável pela manutenção da paz e segurança internacional. No dia 10 de dezembro de 1948, através da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral, é proclamada as Declarações Universais dos Direitos Humanos, como uma norma comum a todas as nações. O documento afirma que: “Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição” (ONU, 2021).

A partir de 1966, a declaração é complementada por dois pactos, o da Convenção Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos, e o da Convenção Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, dando origem a denominada Carta Internacional dos Direitos Humanos.

No âmbito nacional, Tsunoda e Borges (2009) destacam a participação do Brasil frente aos pactos internacionais: “de 1945 a 1990, foram aprovados dez documentos entre declarações, convenções e pactos que constituíram um sistema global de proteção aos direitos humanos (*International Bill of Rights*), todos eles ratificados pelo Brasil” (TSUNODA; BORGES, 2009, p. 66).

Contudo, décadas após a promulgação das Declarações Universais dos Direitos Humanos, seu termo é alvo de intensas disputas, sobretudo sobre seu significado. Entre o período das duas grandes guerras até o período contemporâneo, o mundo presenciou o fenômeno da ascensão da internet, conforme bastante explorado neste trabalho.

Neste escopo, apesar do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas ter aprovado a Resolução (A / HRC / C / L.20)<sup>47</sup>, considerando a internet como um direito fundamental da sociedade, promovendo e regulamentando seu acesso, nas redes, a expressão “direitos humanos” é erroneamente atrelado a posições políticas de esquerda ou como uma “instituição” com valores anti-conservadores.

Era fundamental para os conservadores demonstrar que as novas lideranças democráticas não tinham nenhuma condição de conter a criminalidade e que somente eles eram capazes de impor ordem à sociedade. Mais do que isso, os conservadores jamais toleraram a ideia de que os direitos deveriam ser estendidos às classes populares de que, qualquer pessoa, independentemente de sua etnia, gênero, condição social ou mesmo condição de suspeito ou condenado, deveria ser respeitada como sujeitos de direitos (VIEIRA, 2001, p. 76).

A cultura criada em torno da expressão como caráter de negatividade pode contribuir para o agravamento da violência, pois, diversos ataques ocorrem a partir de páginas ligadas as instituições de segurança pública (páginas não-oficiais). Segundo o relatório “*Deadly but preventable attacks: Killings and enforced disappearances of those who defend human rights*”<sup>48</sup> redigido pela Anistia Internacional, entre janeiro e agosto de 2017, 58 defensores e ativistas dos direitos humanos foram mortos no Brasil (AMNESTY INTERNATIONAL, 2017). O número até então, situava o Brasil como o país onde mais ocorreu assassinatos dos defensores e ativista dentre todos os países das Américas. Ainda de acordo com a Anistia Internacional, no ano de 2016, 281 defensores foram mortos em todo o mundo (AMNESTY INTERNATIONAL, 2017).

---

<sup>47</sup> Resolução: *The promotion, protection and enjoyment of human rights on the Internet*. Disponível em: <https://undocs.org/A/HRC/32/L.20>.

<sup>48</sup> A tradução do relatório para o português é: Ataques letais, mas evitáveis: assassinatos e desaparecimentos forçados daqueles que defendem os direitos humanos.

Pesquisas mais recentes como a Análise Global 2020, divulgada pela *Front Line Defenders - FLD*<sup>49</sup>, demonstra que em 2020, 331 defensores dos direitos humanos foram assassinados no mundo, sendo 16 brasileiros (FLD, 2020).

Não é possível afirmar uma relação entre mortes de defensores com a “onda de ódio aos direitos humanos nas redes sociais virtuais”. Entretanto, é possível inferir que o enfraquecimento dos estatutos e instituições que prezam pelos valores da humanidade, seja pela negligência do Estado ou clamor popular, acarreta consequências diretas nos preceitos democráticos. Parafraseando Souza, os direitos humanos “remontam a uma lógica política segundo a qual a base de sustentação do poder político não é o Estado, mas antes, são os cidadãos” (SOUZA, 2008, p. 21). Deste modo, a violência não pode ser contida pelo crescimento do poder do Estado, mas sim mediante o reconhecimento e aplicação dos direitos humanos.

---

<sup>49</sup> A Front Line Defenders foi fundada em Dublin, em 2001, com o objetivo específico de proteger a defensores e defensoras de direitos humanos (DDH) em risco, pessoas que trabalham, de maneira não violenta, por qualquer um ou todos os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

## 4 DISPUTAS NARRATIVAS NAS REDES

### 4.1 Operação *Exceptis* e a chacina do Jacarezinho

Segundo o dicionário, o termo “chacina” significa: assassinato coletivo; ação de matar muitas pessoas ao mesmo tempo; massacre (DICIO, 2021). Essas definições exprimem tão bem os acontecimentos do dia 6 de maio de 2021 na região do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, que a operação policial ocorrida nesta data, denominada de Operação *Exceptis* ficou mais conhecida como a chacina do Jacarezinho.

De acordo com o Censo do IBGE de 2010, aproximadamente 36 mil habitantes vivem no bairro do Jacarezinho (IBGE, 2010). Entretanto, a associação local de moradores estima que 80 mil pessoas morem dentro da favela e 40 mil em seu entorno, somando 120 mil habitantes no complexo do Jacarezinho com 18 comunidades (MENEZES, 2021).

A operação *Exceptis* que significa exceção em latim, foi uma ação realizada pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA)<sup>50</sup>, com o apoio da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE)<sup>51</sup> na região do Jacarezinho (zona norte do Rio de Janeiro), com a justificativa de combater o aliciamento de jovens pelo tráfico e proteger “os direitos fundamentais de crianças e adolescentes e demais moradores que residem nessas comunidades” (YOUTUBE, 2021).

A intervenção policial contou com quatro blindados (*caveirões*<sup>52</sup>), dois helicópteros (*caveirões voadores*<sup>53</sup>) e duzentos e cinquenta policiais civis, que provocaram mais de nove horas de tiroteio na comunidade. Segundo entrevista coletiva feita com o delegado Rodrigo Oliveira, da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), a ação estava em conformidade com os protocolos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) (SANTOS; SATRIANO, 2021) e, segundo nota emitida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) que consta no

---

<sup>50</sup> A DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente é competente para fiscalizar, investigar e instaurar inquérito e procedimentos policiais nos casos de infração penal praticada contra crianças e adolescentes. Isso significa que a DPCA é responsável por crimes em que as crianças e adolescentes são as vítimas e não autores do delito. Além desta função, a DPCA também desenvolve estratégias de repressão continuadas em qualquer local, público ou privado, como forma de interromper o ciclo de impunidades dos agressores.

<sup>51</sup> A Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) é uma unidade de operações policiais especiais da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, destinada à intervenção policial em ocorrências que exijam excepcional adestramento.

<sup>52</sup> Caveirão é o nome popular do carro blindado usado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) em incursões nas áreas de risco, geralmente em favelas. Ele é um automóvel de apoio, sendo utilizado para apoiar os policiais em operações ou resgatar policiais e pessoas feridas nas localidades conflagradas pelo crime organizado.

<sup>53</sup> O caveirão voador — helicóptero blindado da Polícia Civil, usado como plataforma para disparos.

Anexo 2, os agentes notificaram o órgão a respeito da operação com antecedência (MPRJ, 2021a). Entretanto, diferente da afirmação em entrevista do delegado Rodrigo Oliveira, a ação da polícia não seguiu as recomendações do STF para suspender operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante o estado de calamidade pública em virtude da pandemia de coronavírus. As ações policiais dentro das comunidades deveriam ser restritas apenas aos casos excepcionais, e informadas e acompanhadas pelo Ministério Público Estadual. Esta decisão foi definida na Corte pela maioria dos votos, no julgamento de pedido de tutela provisória incidental apresentado dentro da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635 (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2021a, 2021b).

Ao final da operação, além das quinze pistolas, seis fuzis, uma submetralhadora e munições antiaéreas, houve um total de vinte e oito pessoas mortas, sendo um policial e vinte e sete civis. Estes números colocam a operação *Exceptis* como a maior chacina na história do Rio de Janeiro. Segundo dados levantados pelo Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni-UFF), desde 1989, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, houve vinte e três ações policiais com mais de dez vítimas fatais, conforme o Anexo 3 (GENI, 2021). Dentro de um recorte mais recente, entre janeiro de 1998 a março de 2021, a Polícia do Estado do Rio de Janeiro (civil e militar) executou 20.957 pessoas em ações policiais, totalizando uma média de uma pessoa morta pela polícia a cada 10 horas, de acordo com informações do ISP – Instituto de Segurança Pública (ISP, 2021).

No entanto, apesar do grande número de mortos, a operação ganhou destaque internacional em grande medida por conta da execução de um dos vinte e sete civis. Durante a operação, Omar Pereira da Silva de 21 anos, entrou na casa de um desconhecido e pedindo socorro. Segundo os moradores, Omar estava desarmado. Contudo, o jovem foi abordado pela polícia dentro do quarto de Maria, uma das filhas dos moradores, e executado em frente a criança. O fato gerou grande repercussão na mídia, sobretudo com as imagens das manchas de sangue no quarto da criança em conjunto a outros vídeos de moradores com relatos de invasões de casas e execuções de pessoas rendidas.

Em relação a morte de Omar Pereira da Silva, a Polícia Civil do Rio de Janeiro alegou que os policiais atiraram para se defender do suposto traficante. Entretanto, o laudo da perícia apontou que não houve indícios de troca de tiros no local e em outubro de 2021, o Ministério Público do Rio de Janeiro ofereceu à Justiça a primeira denúncia no caso, sendo dois policiais civis que participaram da morte de Omar. Segundo a promotoria, um dos policiais vai responder por homicídio doloso e fraude processual, enquanto o outro é acusado apenas pelo segundo

crime. Os promotores afirmaram que o suspeito estava baleado no pé, desarmado e encurralado em um dormitório infantil. Ainda segundo a peça de acusação, os policiais retiraram o corpo do local do crime antes da presença da perícia, além de plantarem uma granada no local do crime e apresentarem uma pistola e um carregador, na qual alegaram falsamente que os objetos teriam sido coletados junto à vítima.

Com tais condutas, os denunciados (...), no exercício de suas funções públicas e abusando do poder que lhes foi conferido, alteraram o estado de lugar no curso de diligência policial e produziram prova por meio manifestamente ilícito, com o fim de eximir (...) de responsabilidade pelo homicídio ora imputado ao forjar cenário de exclusão de ilicitude”, descreve trecho da denúncia (MPRJ, 2021b).

Apesar do governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro (PL-RJ) e o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) manifestarem que a ação da polícia foi bem-sucedida, diversos erros e ilegalidades ainda necessitam de investigação, tais como o descumprimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 do STF, execuções extrajudiciais<sup>54</sup>, tortura de pessoas presas<sup>55</sup> e descumprimento de resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> Moradores relataram que pessoas foram executadas sem que fossem dadas chances para se renderem. Além disso, boletins médicos mostram que parte dos mortos foi atingida por tiros no rosto, costas e abdômen, o que indicaria a existência de execução. Estes fatos levaram o ministro Fachin, no STF, a enviar ofícios para a Procuradoria Geral da República (PGR) e para a Procuradoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro (PGJ) reconhecendo a possibilidade de “execução arbitrária” em Jacarezinho. Ainda segundo a denúncia supracitada das organizações e movimentos sociais, “informações da imprensa também apontam que a Polícia Civil já teria a identidade de vinte e uma pessoas supostamente envolvidas em atividades ilegais. Se elas já estavam identificadas, os fatos reforçam que a operação foi executada sem o intuito de deixá-las vivas (CONNECTAS, 2021)

Para justificar as mortes, a polícia tem alegado que as vítimas fatais tinham antecedentes criminais ou envolvimento com o crime, o que não justifica a chacina, já que execuções extrajudiciais são inconstitucionais no Brasil. Este mesmo procedimento foi usado pela polícia para justificar mortes na Chacina da Favela Nova Brasília, nos anos 1990, caso que resultou na condenação do Brasil e do estado do Rio de Janeiro pela CIDH. A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), afirma ainda que alguns mortos não tinham passagem pela polícia e outros já tinham cumprido pena, criticando as declarações da polícia civil que acabam por violar ainda mais o direito e à memória das vítimas e seus familiares.

<sup>55</sup> Em audiência de custódia, pessoas presas durante a operação relataram que sofreram agressões físicas, ameaças e sendo obrigadas pelos policiais a carregarem corpos, de acordo com informações divulgadas pela Defensoria Pública. Os relatos dão conta que a violência ocorreu não apenas na comunidade do Jacarezinho, mas também no traslado para a delegacia. Seguindo o procedimento padrão, os presos na operação chegaram a fazer exames no IML (Instituto Médico Legal), mas a presença dos policiais na sala pode ter impedido os relatos de agressões. Com isso, a Justiça solicitou novos exames, ainda sem data para ocorrer (CONNECTAS, 2021).

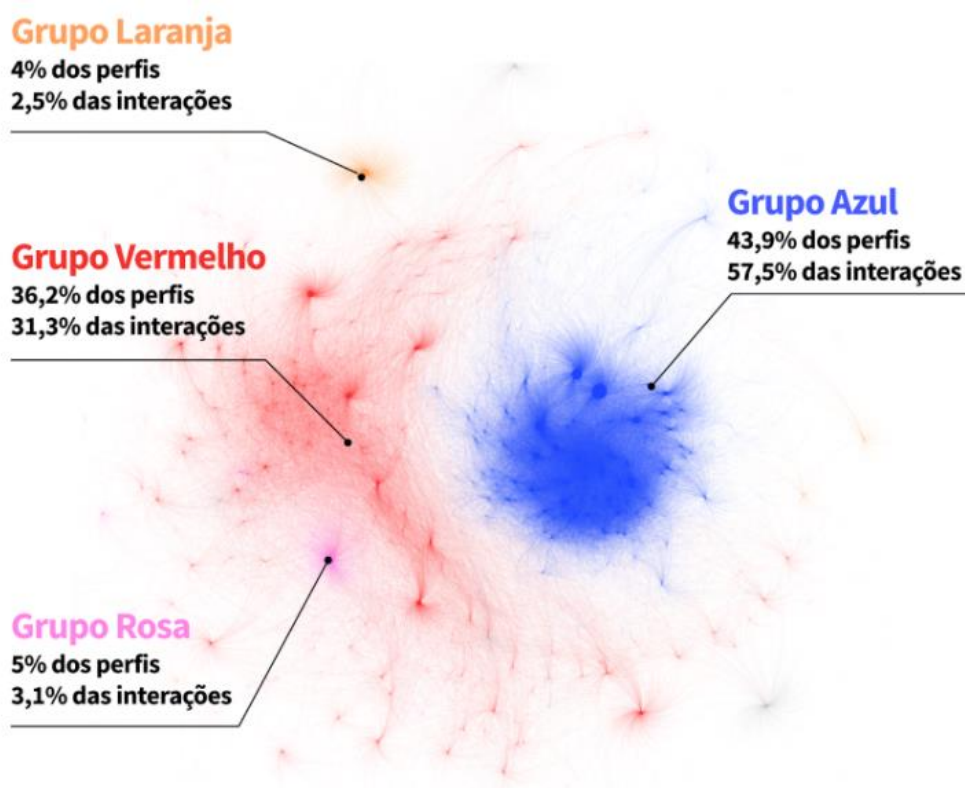
<sup>56</sup> Com a chacina de Jacarezinho, o Brasil violou diversos tratados e resoluções internacionais, entre eles a resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU que condena práticas racistas de forças de segurança. Aprovada em junho de 2020, no contexto do assassinato de George Floyd, a medida é considerada histórica e coloca o Brasil como pária na luta antirracista. Especificamente sobre Jacarezinho, o Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Direitos Humanos pediu ao Ministério Público que realize uma investigação independente, completa e imparcial de acordo com as normas internacionais (CONNECTAS, 2021).

Entretanto, o capital político gerado em decorrência das operações policiais nas comunidades, foi bastante vantajosa para grupos políticos conservadores, conforme discutido no capítulo seguinte.

## 4.2 Disputas de narrativas sobre o caso

De acordo com a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP-FGV), entre os dias 5 e 12 de maio, 57,5% das interações sobre segurança pública analisadas no Twitter foram realizadas por políticos, jornalistas e blogueiros ligados a atuação do governo federal (DAPP-FGV, 2021). Do total, 43,9% dos perfis concernem a esse grupo, conforme demonstrado na Figura 3.

**Figura 3** – Mapa de interações do debate sobre segurança pública no Twitter. Período de 12h de 05 de maio às 12h de 12 de maio de 2021.



Fonte: Twitter | Elaboração: FGV DAPP (2021)



O campo azul representa 43,9% dos perfis e 57,5% das interações. Este grupo composto majoritariamente por políticos de direita, jornalistas e blogueiros conservadores, e em geral, possuem publicações de críticas aos políticos opositores (na maioria de esquerda) e a imprensa tradicional. A principal narrativa construída nestas publicações, são as de que os grupos opostos tratam os supostos criminosos assassinados como vítimas. Outro ponto bastante levantado nestas postagens é a morte de um policial civil durante a ação.

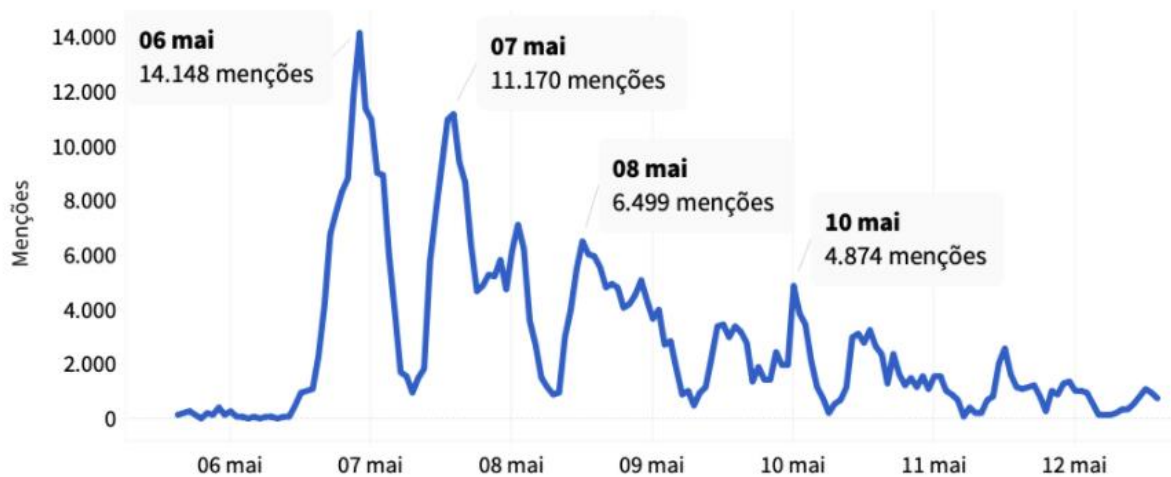
O grupo vermelho retrata 36,2% dos perfis e 31,3% das interações, e é constituído principalmente por políticos de esquerda, pesquisadores, jornalistas e canais de comunicação. Este conjunto destaca a avaliação negativa em relação a operação *Exceptis*, assim como a segurança pública no Rio de Janeiro. Termos como “massacre em jacarezinho” e “carnificina do Rio” foram comumente utilizados como manifestação de indignação à ação violenta da polícia.

O grupo rosa corresponde a 5% dos perfis e 3,1% das interações. Ele é formado por influenciadores digitais, advogados e ativistas sociais, que demonstram sobretudo revolta em relação a operação. As principais narrativas discutidas por este grupo são o sucateamento das forças de segurança, falta de preparo e inteligência nas ações e a reprovação do uso político que a ação gerou.

Por fim, o grafo laranja compõe 4% dos perfis e 2,5% das interações. Este grupo é mobilizado por ativistas de movimentos negros e coletivos das comunidades. A predominância das postagens sobre relatos e testemunhos de moradores do Jacarezinho em relação a ação policial foi de contrariedade à operação, na qual classificam como trágica e desastrosa.

Destaca-se também a evolução do debate ao longo da semana da ação, conforme demonstrado no Gráfico 2:

**Gráfico 2** – Evolução do debate sobre segurança pública no Twitter. Período: de 12h de 05 de maio às 12h de 12 de maio de 2021.



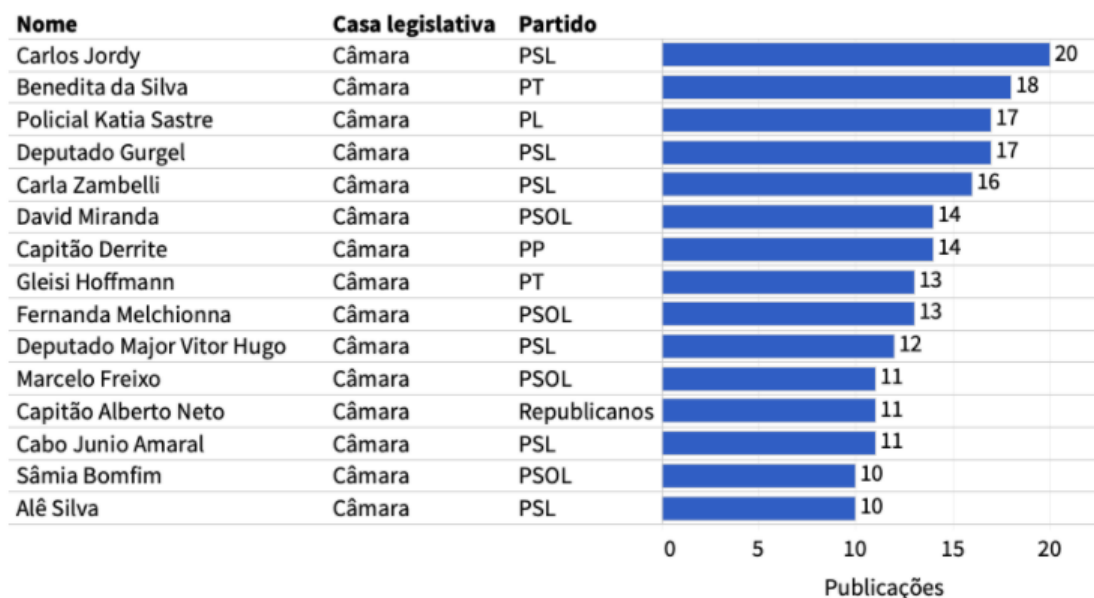
Fonte: Twitter | Elaboração: FGV DAPP (2021)

Entre as 12h do dia 05 de maio às 12h do dia 12 de maio, foram identificadas aproximadamente meio milhão de menções sobre a operação no jacarezinho. Durante o período de análise, houve uma grande atuação de movimentos, coletivos e ativista no engajamento sobre o tema, contudo, o pico de circulação de postagens ocorre com a apropriação política do episódio, tanto de políticos ligados ao governo federal, como de seus opositores (DAPP-FGV, 2021).

No Facebook, a FGV DAPP mapeou as publicações realizadas pelos perfis dos 594 parlamentares (513 deputados e 81 senadores), sendo que neste período, foram produzidas 787 publicações sobre o Jacarezinho, por 253 parlamentares diferentes (DAPP-FGV, 2021). Destes, os quinze parlamentares com mais publicações na rede foram os demonstrados na Tabela 9:

**Tabela 9** – 15 parlamentares com mais publicações sobre segurança pública no Facebook.

Período: de 12h de 05 de maio às 12h de 12 de maio de 2021.



Fonte: Facebook | Elaboração: FGV DAPP (2021)

Estas postagens somaram 3,7 milhões de interações com 494,4 mil reações, das quais 27,6% representavam a reação “triste”; 25,6% de “grr” e 24,2% como “haha”.

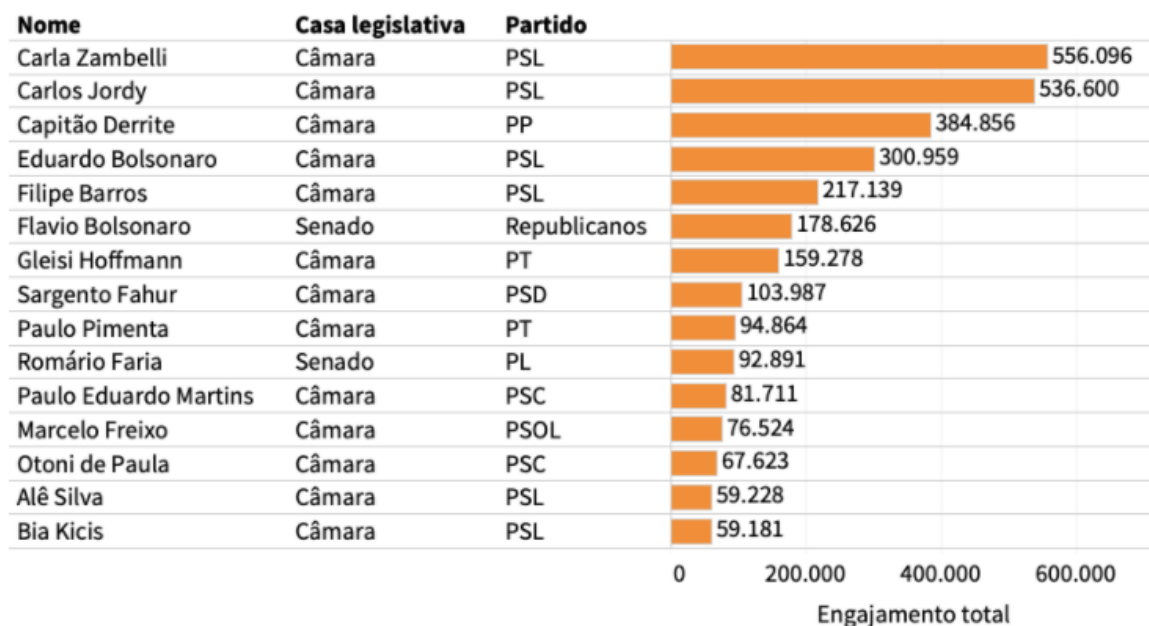
Neste contexto, a disposição da quantidade de reações é importante para a compreensão das narrativas criadas em torno do ocorrido. As reações estão concentradas principalmente entre “triste”, “grr” e “haha”. A reação denominada de “grr” dentro da rede Facebook, é comumente associada a uma aversão ao conteúdo postado. O botão “triste” neste caso funciona como demonstração de lamentação ao episódio. Entretanto, a conjuntura da postagem permite consentir que reações como “curtir” e “triste” são presumíveis com base no ocorrido, porém, destaca-se o grande número de reações “haha” como um sentimento insensível ao episódio.

Em relação aos conteúdos com vídeos, houve 170 postagens nesta categoria, com alcance de 9,4 milhões de visualizações.

O engajamento na rede segue o mesmo padrão identificado no número de postagens sobre o tema, com uma evidente predominância dos parlamentares alinhados ao governo federal. Dos quinze parlamentares com maior atividade no Facebook, nove pertenciam a este grupo. O engajamento foi ainda mais latente, com os maiores índices na rede social pertencendo

aos políticos de direita, sendo onze dentre os quinze maiores, e encabeçando as seis primeiras posições, como demonstrado na Tabela 10:

**Tabela 10** – 15 parlamentares com mais publicações sobre segurança pública no Facebook  
Período: de 12h de 05 de maio às 12h de 12 de maio de 2021.



Fonte: Facebook | Elaboração: FGV DAPP

Os números de postagens, assim como o engajamento gerado na rede, demonstram uma predominância das narrativas construídas por parlamentares alinhados ao governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. As postagens de partidos como PT e PSOL, desempenharam um volume considerável de interações, indicando uma disputa na construção da narrativa sobre a chacina do Jacarezinho. No entanto, o discurso predominante nas redes sobre o tema foi o adotado como oficial pela polícia e comprado pela direita política do país. Salienta-se a ausência de legendas não pertencentes aos polos ideológicos.

Estes dados demonstraram uma relação entre construção social da realidade e ciberespaço, discutido anteriormente, nas quais destaca-se inicialmente as preposições de Castells sobre a realidade virtual, onde o autor afirma: “As sociedades ficam final e verdadeiramente desencantadas porque todos os milagres estão on-line e podem ser combinados em mundos de imagens autoconstruídas” (CASTELLS, 2020, p. 461). Deste modo, Castells contribui inserindo a questão da virtualidade no campo da construção social da realidade. A

realidade virtual parece mais sedutora que a realidade objetiva, pois está tem o poder de materializar a realidade subjetiva criando um mundo de possibilidades. Essa colocação de Castells (2013), em sintonia com os escritos de Berger e Luckmann (1971), pode ser compreendida como a base de sustentação teórica que explica o crescente engajamento do conservadorismo virtual.

O que mais interessa a respeito da construção social da realidade é compreender justamente que quando falamos de virtualidade, estamos nos remetendo a um tipo de realidade. Entretanto, a realidade virtual possibilita um campo maior de possibilidades imagéticas, tornado real todas as nossas aspirações, transformando em realidade apenas o que queremos em nosso perfil. Aliás, é através da construção do perfil (diferente da construção dos sujeitos) que podemos ser quem queremos ou vender uma construção narrativa.

Sendo assim, a partir da realidade virtual podemos nos ligar e conectar com qualquer pessoa que pense de maneira semelhante, transpondo as barreiras físicas e geográficas. Essa característica do campo virtual possibilita o desenvolvimento de grandes grupos identitários que constantemente procuram se apropriar das narrativas, ocasionando “guerras pelas suas verdades absolutas”.

Na operação do Jacarezinho é evidente a adaptação discursiva por parte dos grupos conservadores, assim como a predominância virtual do discurso deste grupo como sendo o verdadeiro. O discurso dos moradores afetados com a ação foi sucumbido pela construção narrativa de um grupo político, adotado em conformidade pela polícia, evidenciando que tanto os discursos oficiais e não oficiais, ganham legitimidade a partir de interesses de segmentos da sociedade. Contudo, não podemos descartar a tentativa da oposição em tomar para si o discurso oficial sobre o tema.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades de estudos das narrativas sobre segurança pública construídas dentro das redes sociais virtuais são extensas, por se tratar de um fenômeno recente do ponto de vista histórico. Deste modo, a presente dissertação não possui a pretensão de realizar nenhuma conclusão absoluta e final sobre os assuntos abordados; o que não impossibilita de inferirmos algumas constatações e construirmos uma linha de pensamento que dê conta de compreender as estruturas e processos dos fenômenos expostos aqui.

Dentre os resultados observados ao longo da construção deste trabalho, podemos debater inicialmente o processo individualizante das redes sociais virtuais. A utilização das redes representa muito mais do que um passatempo em um site de relacionamentos, retrata virtualmente a personificação do papel social que as pessoas exercem. Nela, os indivíduos são expostos gradualmente a determinadas informações, criando laços de identidade entre sujeitos (micro círculos). Estes laços culminam na intensificação e radicalização de posições políticas e sociais, dificultando assim, uma análise mais profunda da sociedade em seu todo. Destaca-se ainda, que este processo fomenta a consciência de “verdades absolutas”, produzindo uma oposição a tudo e a todos que se comportam ou pensam de modo divergente ao seu círculo. Neste cenário, origina-se um espaço de disputa nas redes, um ambiente de violência controlada (necessário nos processos civilizadores). A luz das teorias de Foucault, as redes sociais também podem ser concebidas com um local de vigilância e controle, onde os usuários vigiam uns aos outros, são examinados e catalogados, como as marcações em fotos, álbuns, acarretando uma categoria de poder exercida em rede, onde o controle e vigilância entre os usuários desenvolvem uma disciplina própria.

Neste âmbito as redes desempenham um grande papel para o processo individualização, pois ela faz com que o sujeito se torne o diretor de sua biografia e identidade. Os discursos demonstrados neste trabalho confluem para o que de Luckmann e Berger (1973) definem como padrões de realidade. Retomando as propostas dos autores, os padrões são constituídos de Instituições, Perfis, Tradições e Legitimação, portanto, as instituições são exemplificadas através da instituição policial no Brasil e nas páginas que abordam o tema, os perfis são os próprios usuários e sua hierarquia desde os membros até os administradores das páginas, a tradição é explicitada através das próprias redes sociais, enquanto a legitimação é explicada nos exemplos como a deturpação da narrativa em prol de uma ideologia ou grupo social.

Contudo, não basta compreendermos que a formação e interação destes campos na rede são reais, o mais importante é entendermos seus efeitos. É possível notar nos discursos analisados, uma noção de pertencimento ao grupo, e conseqüentemente a exclusão dos de fora (outsiders). Nas bolhas conservadoras, esta percepção excludente está pautada justamente por considerar membros relacionados à esquerda e defensores dos direitos humanos como opositores a ideologia pautada na violência e controle, logo estes representam uma ameaça.

Sendo assim, é possível traçar por meio de análises discursivas, que as páginas policiais, tanto as oficiais como as não oficiais, se tornaram um terreno fértil para a propagação de narrativas de culto a violência e de inclinações tradicionalistas, pois o sentimento de insegurança é balanceado pela violência contra qualquer ideologia de contestação desta, ainda mais se pensarmos que a violência praticada é incentivada pelo fator de ser exercida virtualmente (sem a necessidade do contato físico) e por ter o apoio do grande grupo de usuários.

Também é pertinente a comparação das ações de incentivo as atuações violentas ligadas a instituição policial ao conceito de violência controlada de Elias (2014). Assim como no coliseu da Roma Antiga, a violência exercida pelas polícias e enaltecida nas redes se configura socialmente como um sofisticado instrumento de controle populacional. As páginas se configuram como válvulas de liberação agressiva, marcada por uma separação de lados, onde a violência cometida pela polícia é aplaudida enquanto a violência cometida pelos demais sujeitos é condenada.

Concluimos que o campo da virtualidade e segurança pública são imensos, com diversos conteúdos ainda a serem estudados. A proposta de compreender os produção discursiva em páginas policiais oficiais e não oficiais nas redes sociais virtuais foram amplamente satisfatórias. Sendo assim, é concebível que a metodologia aplicada ao campo virtual pode materializar a compreensão não somente da temática policial, como diversas outras.

## 6 REFERÊNCIAS

ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, v. 12, n. 1esp, p. 8, 2007.

ADADE, D. R.; BARROS, D.; MELLO DA COSTA, A. A Netnografia e a Análise de Discurso Mediada por Computador (ADMC) como Alternativas Metodológicas para Investigação de Fenômenos da Administração. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 13, n. 1, p. 19, 2018.

ADORNO, S. **A Gestão Urbana do Medo e da Insegurança: Violência , Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 1996.

ALMEIDA, M. A. DE. Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 191, 2014.

ALVES, R.; SALLA, F. **Matar e morrer: uma guerra em que tanto policiais quanto cidadãos perdem**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/matar-e-morrer-uma-guerra-em-que-tanto-policiais-quanto-cidadaos-perdem.ghtml>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Deadly but preventable attacks: Killings and enforced disappearances of those who defend human rights**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/download/Documents/ACT3072702017ENGLISH.PDF>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ANDROUTSOPOULOS, J.; BEISSWENGER, M. Introduction: Data and Methods in Computer-Mediated Discourse Analysis. **Language@Internet**, v. 5, p. 1–7, 2008.

AQUINO, E. L. DE C. **O algoritmo computacional como objeto sociotécnico: Encontros da complexidade algorítmica**. [s.l.] Universidade Federal de São Carlos, 2020.

BAKSHY, E.; MESSING, S.; ADAMIC, L. A. Exposure to ideologically diverse news and opinion on Facebook. **Science**, v. 348, n. 6239, p. 1130–1132, 2015.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.



BARNES, J. A.; FELDMAN-BIANCO, B. (ORG. . Redes Sociais e Processo Político. In: **Antropologia das Sociedades Contemporâneas – Métodos**. São Paulo: Global Universitária, 1987. p. 159 –194.

BENEVIDES, M. V. **Violência, povo e polícia: Violência urbana no noticiário da imprensa**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **Construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.

BERNERS-LEE, T.; CAILLIAU, R. **WorldWideWeb: Proposal for a HyperText Project**. Disponível em: <<https://www.w3.org/Proposal.html>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: Definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, n. 1, p. 210–230, 2007.

BRAGA, C.; SUAREZ, M. Teoria Ator-Rede: novas perspectivas e contribuições para os estudos de consumo. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 2, p. 218–231, 2018.

BRASIL, C. G. DA I. NO. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2019**. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2020.

BREZOLIN, W. **Mapas conceituais e os conceitos da disciplina de algoritmos: uma aplicação para a aprendizagem significativa**. [s.l.] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

BUENO, T. M. **Rolezinhos e seus aspectos econômicos, culturais e sociais**. São Paulo: Fundação Getulio Vargas, , 2015.

CARDOSO, I. DE A. **Propagação e influência de pós-verdade e fake news na opinião pública**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2019.

CASTELLS, M. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CONECTAS. **Quais os erros da Polícia Civil na chacina de Jacarezinho**. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/quais-os-erros-da-policia-civil-na-chacina-de-jacarezinho/>>. Acesso em: 12 out. 2021.

CORMEN, T. H. et al. **Introduction to Algorithms**. 2. ed. [s.l.] MIT Press e McGraw-Hill, 2001.

COSTA, M. R. DA. A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira? **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 3–12, 1999.

COUTINHO, D. A. **DIREITO DIGITAL DO CONSUMIDOR E ALGORITMOS: A INFLUÊNCIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL POR MEIO DE ALGORITMOS NO PODER DECISÓRIO DO CONSUMIDOR**. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade Estácio de Sá, Campina Grande, p.175. 2020.

CRUZ, L. **O que é Timeline**. Disponível em: <<https://expertdigital.net/o-que-e-timeline/#gsc.tab=0>>. Acesso em: 26 maio. 2021.

D'ANDRÉA, C. F. DE B. **Pesquisando Plataformas Online: Conceitos e Métodos**. Salvador: EDUFBA, 2020.

D'ANDRÉA, C. F. DE B. Para além dos dados coletados: Políticas das APIs nas plataformas de mídias digitais. **MATRIZES**, v. 15, n. 1, p. 1–20, 2021.

DARNTON, R. **A verdadeira história das notícias falsas**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536\\_863123.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536_863123.html)>. Acesso em: 22 abr. 2021.

DATAFOLHA, I. DE P. **Contagem da manifestação no Largo da Batata - 17/06/2013**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/19/contagagem-manifestacao-lgo-da-batata.pdf>>

DATAFOLHA, I. DE P. **Manifestação na avenida Paulista - 15/03/2015**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf>>

DICIO, D. O. DE P. **Significado de Chacina**. Disponível em:

<<https://www.dicio.com.br/chacina/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

DIJKSTRA, E. W. Hierarchical Ordering of Sequential Processes. In: **The Origin of Concurrent Programming**. New York, NY: Springer New York, 1971. p. 198–227.

DINUCCI, D. Fragmented future. **Print**, v. 53, n. 4, p. 32, 1999.

EIRAS, L. C. S. Modesta Proposta: A Máquina Da Turing Como Fundamento Teórico Da Ciência Da Informação. **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 3, n. 4, 2014.

ENNE, A. L. S. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. **Comunicação e Informação**, v. 7, p. 264–273, 2004.

FACEBOOK. **News Feed FYI: Exposure to Diverse Information on Facebook**. Disponível em: <<http://newsroom.fb.com/news/2015/05/news-feed-fyi-exposure-to-diverse-information-on-facebook/>>. Acesso em: 2 maio. 2021.

FACEBOOK. **Facebook Q1 2021 Earnings**. Disponível em: <<https://investor.fb.com/investor-events/event-details/2021/Facebook-Q1-2021-Earnings-/default.aspx>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

FBSP, F. B. DE S. P.-. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. [s.l: s.n.].

FBSP, F. B. DE S. P. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>>.

FGV DAPP, Operação no Jacarezinho fortalece discurso de perfis pró-governo, que dominam debate digital. Disponível em: < <https://observademocraciadigital.org/posts/operacao-no-jacarezinho-fortalece-discurso-de-perfis-pro-governo/>> Acesso em: 30 out. 2021.

FLD. Frontline Defenders, **GLOBAL ANALYSIS 2020**. Dublin: [s.n.]. Disponível em: <[https://www.frontlinedefenders.org/sites/default/files/fld\\_global\\_analysis\\_2020.pdf](https://www.frontlinedefenders.org/sites/default/files/fld_global_analysis_2020.pdf)>.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GALINA-RUSSELL, I. El papel de las bibliotecas en las humanidades digitales. **IFLA Conferences**, 2011.

GENI, G. DE E. DOS N. I. **11 Meses de restrição às operações policiais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: [s.n.].

GIDDENS, A. **Mundo em descontrol**e. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011. v. 6 edição

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBO, G.-P. DE N. DA. **Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

GLOBO, G.-P. DE N. DA. **Facebook completa 10 anos; veja a evolução da rede social**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/02/facebook-completa-10-anos-veja-evolucao-da-rede-social.html>>. Acesso em: 20 maio. 2021.

GLOBO, G.-P. DE N. DA. **Grupo de policiais faz protesto na região do Farol da Barra após morte de PM em Salvador**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/03/29/grupo-de-policiais-fazem-protesto-na-regiao-do-farol-da-barra-apos-morte-de-pm-em-salvador.ghhtml>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GUERRA, M. P. **POLÍCIA E DITADURA. A organização da segurança pública na ditadura brasileira e seus legados na democracia (1964-1988)** Brasília Ministério da Justiça, 2015.

GUERREIRO, D. Humanidades Digitais: novos desafios e oportunidades (Digital Humanities: new challenges and opportunities). **Revista Internacional del Libro**, v. 2, n. 2, p. 2255–2871, 2014.

HAFNER, K.; LYON, M. **Where Wizards Stay Up Late: The Origins of the Internet**. [s.l.] Simon & Schuster, 1996.

HAUBEN, R. **From the ARPANET to the Internet**. Disponível em: <[http://www.columbia.edu/~rh120/other/tcpdigest\\_paper.txt](http://www.columbia.edu/~rh120/other/tcpdigest_paper.txt)>. Acesso em: 5 fev. 2021.

HERRING, S. C. **Computer-mediated discourse analysis: An approach to researching**

**online behavior.** [s.l.: s.n.].

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOTSUITE. **Digital 2021 Report.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.hootsuite.com/resources/blog/digital-2020-report>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

HOOTSUITE; WE ARE SOCIAL. **The Global State of Digital 2021.** Disponível em: <[https://hootsuite.widen.net/s/zcdrtxwczn/digital2021\\_globalreport\\_en](https://hootsuite.widen.net/s/zcdrtxwczn/digital2021_globalreport_en)>. Acesso em: 15 out. 2021.

HUMANIDADESDIGITAIS.ORG. **Humanidades Digitais.** Disponível em: <<https://humanidadesdigitais.org/o-que-sao-humanidades-digitais/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

IBGE. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento.** Rio de Janeiro: [s.n.].

IBGE, I. B. DE G. E E. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: [s.n.].

ISP, I. DE S. P. **Estatísticas de segurança: série histórica mensal no estado desde 01/1991.** Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/BaseDPEvolucaoMensalCisp.csv>>.

KESSLER, S. **Facebook Photos By the Numbers.** Disponível em: <<https://mashable.com/archive/facebook-photo-infographic>>. Acesso em: 25 maio. 2021.

KNUTH, D. E. **Stable marriage and its relation to other combinatorial problems : an introduction to the mathematical analysis of algorithms.** [s.l.] American Mathematical Soc., 1997.

KOZINETS, R. V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online.** São Paulo: Penso Editora, 2014.

KRUG, S. **What the Reactions Launch Means for News Feed.** Disponível em: <<https://about.fb.com/news/2016/02/news-feed-fyi-what-the-reactions-launch-means-for-news-feed/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

LAZER, D. M. J. et al. The science of fake news. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1094–1096, 9

mar. 2018.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010a.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010b.

LÉVY, P. **O Que é o Virtual?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

LOPES, F. M.; FIDELIS, F. Jornadas de Junho de 2013: Formas de mobilização online e a ação de ativistas em Brasília por meio do Facebook. **Universitas: Arquitetura e Comunicação Social**, v. 12, n. 1, 2015.

LUCCHESI, C. L. et al. **Aspectos teóricos da computação**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1979.

MACHADO JÚNIOR, C. et al. A contribuição da sociologia do conhecimento para os estudos de institucionalização e legitimação do conhecimento do campo científico. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 77, p. 231–246, 2016.

MAGALHÃES, J. C. **Democracia e internet: precisamos falar sobre algoritmos**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2016/09/25/Democracia-e-internet-precisamos-falar-sobre-algoritmos>>. Acesso em: 2 abr. 2021.

MARÍ, R. P. . **De Euclides a Java: historia de los algoritmos y de los lenguajes de programación**. Nivola, Espanha: [s.n.].

MARQUES, M. S. C. **O blog como meio de comunicação: origem, apropriações e horizontes da blogosfera na sociedade contemporânea**. [s.l.] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

MARTINI, M. R.; COSTA, J. N. Algoritmos no Facebook: Como entendê-los e considerá-los na produção de notícias. **Revista ALTERJOR**, v. 02, n. 20, p. 149–161, 2019.

MARTINS, M. G.; TATEOKI, V. A. Proteção de dados pessoais e democracia: fake news, manipulação do eleitor e o caso da Cambridge Analytica. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade - REDES**, v. 7, n. 3, p. 135, 2019.

MAYER, A. C. A importância dos ‘quase-grupos’ no estudo das sociedades complexas. In: (ORG.), F.-B. (Ed.). . **A Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 127–158.

MDPMD, M. DO DEBATE POLÍTICO NO MEIO DIGITAL. **Repercussão do caso Wesley no Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/monitordebatepolitico/photos/a.1067365179991611/3947121878682579/>>. Acesso em: 10 out. 2021a.

MDPMD, M. DO DEBATE POLÍTICO NO MEIO DIGITAL. **Repercussão do caso Wesley no Twitter**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/monitordebatepolitico/photos/a.1067365179991611/3947151885346245/>>. Acesso em: 12 out. 2021b.

MENEZES, L. Um quarto no Jacarezinho: Chacina deixou marcas nas crianças da favela. **Metrópoles**, set. 2021.

MONTEIRO, S. O Ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 8, n. 3, p. Não paginado, 2007.

MPRJ. **MPRJ acompanha desdobramentos e vai investigar operação policial no Jacarezinho**. Disponível em: <<http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/104501>>. Acesso em: 10 out. 2021a.

MPRJ. **MPRJ denuncia policiais civis por homicídio doloso e fraude processual praticados durante operação na comunidade do Jacarezinho**. Disponível em: <<https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/108107>>. Acesso em: 10 nov. 2021b.

MPRJ. **MPRJ acompanha desdobramentos e vai investigar operação policial no Jacarezinho**. Disponível em: <<http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/104501>>.

NALON, T. **Radicais usam imagem de PM que abriu fogo em Salvador para divulgar informações falsas**. Disponível em: <<https://www.aosfatos.org/noticias/radicais-usam-imagem-de-pm-que-abriu-fogo-em-salvador-para-divulgar-informacoes-falsas/>>. Acesso em:

5 jun. 2021.

NETO, P. M. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLFI, D. (Ed.). . **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 130–148.

NEVES, P. S. DA C.; RIQUE, C. D. G.; FREITAS, F. F. B. **Polícia e democracia: desafios à educação em direitos humanos**. Recife: Gajop, 2002.

O'REILLY, T. **What is web 2.0?: Design patterns and business models for the next generation of software**. Disponível em: <<http://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>>. Acesso em: 9 mar. 2021.

OLIVEIRA, J. P. DE; SOUZA, S. F. DE. Uma breve análise sobre o movimento “VIDAS PRETAS IMPORTAM”. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 58957–58978, 2021.

ONU, O. DAS N. U. **O que são os direitos humanos?** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em: 1 fev. 2021.

OXFORD DICTIONARIES. **Word of the Year 2016**. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>>. Acesso em: 6 jan. 2021.

PARISER, E. **The filter bubble: how the new personalized Web is changing what we read and how we think**. New York: The Penguin Press, 2012. v. 50

PINHEIRO, W. M. Emoticons do Facebook: analisando a demarcação de sentimento e engajamento do consumidor pela mídia social. **Signos do Consumo**, v. 10, n. 1, p. 70, 2018.

PORTELA, M. Humanidades Digitais: As Humanidades na Era da Web 2.0. **Rua Larga**, v. 38, p. 50–51, 2013.

RECUERO, R. **Engajamento × audiência no Facebook: uma breve discussão**. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/arquivos/2013/03/engajamento-x-audiencia-no-facebook.html>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

RECUERO, R. **Introdução à análise de redes sociais**. Salvador: EDUFBA, 2017.



RECUERO, R.; BASTOS, M.; ZAGO, G. **Análise de Redes para Mídia Social**. 1ª Reimpre ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018.

RIBEIRO, M. M.; ORTELLADO, P. O que São e Como Lidar com Notícias Falsas: Dos sites de notícias falsas às mídias hiper-partidárias. **Sur** 27, v. 15, n. 27, p. 71–83, 2018.

RIEDER, B. **Studying Facebook via data extraction**. Proceedings of the 5th Annual ACM Web Science Conference on - WebSci '13. **Anais...2013**

SALAS, J. **Usuários transformam seus murais no Facebook em “bolhas” ideológicas**. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/06/tecnologia/1430934202\\_446201.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/06/tecnologia/1430934202_446201.html)>. Acesso em: 28 mar. 2021.

SANTAELLA, L. **A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

SANTOS, A. P. DOS. O Declínio do homem público. **Revista de História**, n. 129–131, p. 271–321, 1993.

SANTOS, E.; SATRIANO, N. Polícia nega execuções no Jacarezinho e critica “ativismo judicial”: “Falta de operação dá péssimo resultado”, diz delegado. **G1 Rio de Janeiro**, maio 2021.

SCRIMIM, N. D. **A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA SUBJETIVIDADE D@S SUJEIT@S CONTEMPORÂNE@S**. [s.l.] Universidade Estadual de Campinas, 2019.

SENNETT, R. **O Declínio do Homem Público: As Tirantias da Intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SLEGG, J. **Facebook Graph Search Now Lets You Search for Posts, Status Updates, Check-ins, Comments**. Disponível em: <<https://www.searchenginewatch.com/2013/10/03/facebook-graph-search-now-lets-you-search-for-posts-status-updates-check-ins-comments/>>. Acesso em: 5 fev. 2021.

SOUZA, A. P. **O policial que mata: um estudo sobre a letalidade praticada por policiais militares do Estado de São Paulo**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2020.

SOUZA, L. A. F. DE. **Sociologia da Violência e do Controle Social**. Curitiba: IESDE Brasi, 2008.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Decisão Monocrática. Deferimento de tutela liminar em medida cautelar. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635. PSB contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Ministro Relator: Edson Fachin. Publicação em DJe: 5/6/2020., 2021a.**

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Plenário. Acórdão de confirmação de tutela liminar em medida cautelar. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635. PSB contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Ministro Relator: Edson Fachin. Publicação em DJe: 05/08/2020., 2021b.**

TEEHAN, G. **Reactions: Not everything in life is Likable**. Disponível em: <<https://medium.com/designatmeta/reactions-not-everything-in-life-is-likable-5c403de72a3f#3f2s0fc1r>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

TSUNODA, F. S.; BORGES, D. C. DE A. DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA NO BRASIL, PERSPECTIVAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA. In: LUÍS ANTÔNIO FRANCISCO DE SOUZA (ORG.) (Ed.). **Políticas de segurança pública no estado de São Paulo situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP / Luís Antônio Francisco de Souza (org.)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VAN DIJCK, J. **The Culture of Connectivity**. New York: Oxford Press, 2013.

VIEIRA, O. V. Três teses equivocadas sobre os direitos humanos. In: PAPA, F.; FACCIO, L. (Ed.). **Manual de mídia e direitos humanos**. São Paulo: Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos, 2001. p. 75–90.

WELLMAN, B. For a social network analysis of computer networks. p. 1–11, 1996.

WELLMAN, B. Physical Place and Cyberplace: The Rise of Personalized Networking. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 25, n. 2, p. 227–252, 28 jun. 2001.

WELLMAN, B. et al. The Social Affordances of the Internet for Networked Individualism.



## 7 ANEXOS

### Anexo 1 – Properties of an algorithm for Knuth (KNUTH, 1997).

<b>Properties</b>	<b>Description</b>
Finiteness	An algorithm must always terminate after a finite number of steps
Definiteness	Each step of an algorithm must be precisely defined; the actions to be carried out must be rigorously and unambiguously specified for each case
Input	...quantities which are given to it initially before the algorithm begins. These inputs are taken from specified sets of objects
Output	...quantities which have a specified relation to the inputs
Effectiveness	"... all of the operations to be performed in the algorithm must be sufficiently basic that they can in principle be done exactly and in a finite length of time by a man using paper and pencil

**Anexo 2 – Nota do MPRJ em relação a operação no Jacarezinho – RJ (MPRJ, 2021c).**

O MPRJ informa que a operação realizada nesta data na comunidade do Jacarezinho foi comunicada à Instituição logo após o seu início, sendo recebida às 9hs.

A motivação apontada para a realização da operação se reporta ao cumprimento de mandados judiciais – processo 0158323-03.2020.8.19.0001 - de prisão preventiva e de buscas e apreensão no interior da comunidade, sabidamente dominada por facção criminosa.

A Polícia Civil apontou a extrema violência imposta pela organização criminosa como elemento ensejador da urgência e excepcionalidade para realização da operação, elencando a “prática reiterada do tráfico de drogas, inclusive com a prática de homicídios, com constantes violação aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes e demais moradores que residem nessas comunidades” como justificativas para a sua necessidade. Indicou, por fim, a existência de informação de inteligência que indicaria o local de guarda de armas de fogo e drogas.

Nesse contexto, importante esclarecer que a realização de operações policiais não requer prévia autorização ou anuência por parte do Ministério Público, mas sim a comunicação de sua realização e justificativa em atendimento aos comandos expressos do Supremo Tribunal Federal, a partir do julgamento da ADPF 635-RJ.

O MPRJ, desde o conhecimento das primeiras notícias referentes à realização da operação que vitimou 24 civis e 1 policial civil, vem adotando todas as medidas para a verificação dos fundamentos e circunstâncias que envolvem a operação e mortes decorrentes da intervenção policial, de modo a permitir a abertura de investigação independente para apuração dos fatos, com a adoção das medidas de responsabilização aplicáveis.

Informa, ainda, que o canal de atendimento do Plantão Permanente disponibilizado pelo MPRJ recebeu, nesta tarde, notícias sobre a ocorrência de abusos relacionados à operação em tela, que serão investigadas. Cabe ressaltar que, logo pela manhã, a atuação da Coordenação de Segurança Pública, do Grupo Temático Temporário e da Promotoria de Investigação Penal teve início a partir do conhecimento dos fatos pela divulgação na imprensa e redes sociais.

Equipe de Promotores de Justiça acompanha a situação no momento, não havendo ainda confirmação de retomada da estabilidade da segurança no local.

O MPRJ reitera a disponibilidade dos canais de comunicação com o Plantão Permanente (21 2215-7003, telefone e Whatsapp Business) para a apresentação de informações e o oferecimento, por parte da população e sociedade civil em geral, de registros audiovisuais que

possam contribuir para a regular apuração dos fatos e identificação de vítimas e familiares que possam vir a colaborar com as investigações.

Por fim, o MPRJ reafirma que todas as apurações serão conduzidas em observância aos pressupostos de autonomia exigidos para o caso, de extrema e reconhecida gravidade.

**Anexo 3** – Operações policiais com maior número de mortes na RMRJ (1989-2021).

<b>Instituição</b>	<b>Mortos</b>	<b>Local</b>	<b>Data</b>
PM	23 mortos	Duque de Caxias - Vila Operária	janeiro de 1998
PM e PC	19 mortos	Alemão	junho de 2007
PM	15 mortos	Senador Camará	janeiro de 2003
PC	14 mortos	Alemão	julho de 1994
PM	13 mortos	Alemão	maio de 1995
PM	13 mortos	Vidigal	julho de 2006
PM	13 mortos	Catumbi	abril de 2007
PM	13 mortos	Fallet	fevereiro de 2019
PM e PC	12 mortos	Alemão	agosto de 2004
PM	12 mortos	Vila Isabel	outubro de 2009
PM	12 mortos	Niterói – Barreto	setembro de 2010
PM	12 mortos	Alemão	Maio de 2020

Fonte: GENI/UFF